



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOSSISTEMAS

Eloiza Andréa Moraes Silva

**COOPERATIVISMO, O INTERESSE PELA COMUNIDADE E A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA CRESOL VALE
EUROPEU.**

Florianópolis

2021

Eloiza Andréa Moraes Silva

**COOPERATIVISMO, O INTERESSE PELA COMUNIDADE E A PROMOÇÃO DO
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: UM ESTUDO NA CRESOL VALE
EUROPEU.**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistema da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Mestre em Agroecossistemas.

Orientador: Prof. Dr. Fábio Luiz Búrigo.

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Silva, Eloiza Andréa Moraes
Cooperativismo, o interesse pela comunidade e a promoção
do desenvolvimento sustentável: um estudo na Cresol Vale
Europeu. / Eloiza Andréa Moraes Silva ; orientador, Fábio
Luiz Búrigo, 2021.
82 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Ciências Agrárias, Programa de Pós
Graduação em Agroecossistemas, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Agroecossistemas. 2. Cooperativa financeira . 3.
Sétimo princípio. 4. Ações. I. Búrigo, Fábio Luiz . II.
Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós
Graduação em Agroecossistemas. III. Título.

Eloiza Andréa Moraes Silva

**Cooperativismo, o Interesse pela Comunidade e a promoção do Desenvolvimento
Sustentável: um estudo na Cresol Vale Europeu.**

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Fábio Luiz Búrigo, Dr.

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Prof.(a) Maria Carolina Martinez Andion, Dr.(a)

Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Prof. Pedro Luís Büttgenbender, Dr.

Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (UNIJUÍ)

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestre em agroecossistemas.

Prof. Arcângelo Loss, Dr.

Coordenador do Programa

Prof. Fábio Luiz Búrigo, Dr.

Orientador

Florianópolis, 2021.

Este trabalho é dedicado aos meus pais, Luiza Rosa e Edézio Silva, por sempre mostrarem para seus filhos que o caminho certo é o da educação, e ao meu muito amado companheiro de vida Renato Goulart, por sempre apoiar as minhas decisões e por me “aguentar” durante a realização dos meus sonhos.

AGRADECIMENTOS

Começo meus agradecimentos a duas mulheres maravilhosas que acreditaram mais em mim do que eu mesma, minha sobrinha Natália, pelo pontapé inicial, e minha amiga Paula Bianchet, que me encorajou durante minha jornada.

Agradeço à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e ao Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas por proporcionarem, com sua estrutura física e recursos humanos, um ambiente propício para o desenvolvimento da minha dissertação.

A todos (as) docentes da pós por compartilharem suas experiências e dedicação com a pesquisa acadêmica, pela luta contínua de apoio a ciência, principalmente em período de grande negacionismo vivenciado nos dias de hoje. Um agradecimento em particular à secretária do Programa (PGA) Fabiana Dassoler, por sempre me atender com apreço e solucionar dúvidas sobre prazos e regimentos institucionais.

Estendo estes agradecimentos aos amigos que ganhei no Programa, por abrirem minha mente para uma realidade nova, reciclarem meus conceitos e pelo carinho doado, com vocês minha caminhada foi mais leve e prazerosa.

Agradecimento especial ao meu orientador Fábio Búrigo, por todo apoio e paciência ao longo da elaboração e finalização da minha pesquisa. Por repartir seu imenso conhecimento e engajamento sobre o tema de cooperativismo financeiro e me tornar uma entusiasta também. Ao professor Ademir Cazella por conduzir debates construtivos sobre temas que agregaram e nortearam meu estudo.

Aos colegas Anderson Romão, Marcos Rocha, Stéfani Pérez e Victor Ferreira por ajudarem na construção, discussão e obtenção de dados para minha pesquisa e por formar uma equipe coesa e focada na qual tenho satisfação de fazer parte, “nenhuma pessoa, por mais inteligente que seja, é melhor que o grupo” (Lerry Granville). A Ana Cecília pela ajuda embrionária aos meus estudos e estima. A todos os outros colegas do Lemate, principalmente Leonardo Moura, Marja Milano, Louise Fernandes e Karine Nunes.

Ao Sistema Cresol e a Cresol Vale Europeu, cuja a disponibilidade de seus dirigentes, colaboradores e cooperados em participar das entrevistas com entusiasmo foi de grande valor para essa pesquisa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo financiamento do projeto de pesquisa do Lemate sobre Educação Cooperativista, o que possibilitou a pesquisa de campo dessa dissertação. Além disso, agradeço a Coordenação de

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela bolsa de estudo concedida, o que permitiu empregar meus esforços no projeto da pesquisa e na concepção da dissertação.

À toda a minha família, de modo especial aos meus pais, Rosa e Edézio, e a meus irmãos que sempre se preocupam com sua irmã mais nova e torcem por ela. Ao meu companheiro de vida Renato Goulart, por respeitar meus momentos difíceis, segurar todas as barras para que eu possa me concentrar nos meus objetivos e por sua fé em mim, você é a tradução do que é ser querido. Não esquecendo de agradecer ao meu enteado Guilherme pelo seu incansável esforço em me fazer entender os segredos da informática.

A todas as pessoas que direta ou indiretamente contribuíram para a realização da minha pesquisa.

Por fim, o que não significa ser menos importante, demonstro minha gratidão a Deus, por sua proteção, por me dar força, saúde e paciência. Em tempos tão atípicos, com a presença de uma pandemia no nosso hoje, agradeço a Deus por me permitir seguir plena na minha caminhada.

“Reunir-se é um começo, permanecer juntos é um progresso, e trabalhar juntos é um sucesso” (Henry Ford, 1937).

RESUMO

As cooperativas financeiras se diferenciam de outras organizações financeiras em vários aspectos, entre os quais está a maior proximidade que estabelece no atendimento ao seu público. Por sua natureza e princípios, a cooperativa tem na figura do cooperado o alvo principal de suas ações. Além da proximidade, os princípios cooperativistas fornecem o suporte filosófico e doutrinário para as cooperativas colocarem em prática suas ações. Ao inserir o sétimo princípio – interesse pela comunidade – em 1995, a Aliança Cooperativa Internacional buscou agregar ao espírito cooperativista a preocupação com o meio ambiente e com a questão do desenvolvimento sustentável. Esse princípio defende que para alcançar o desenvolvimento sustentável, nas dimensões social, econômica e ambiental, a cooperativa deve favorecer a comunidade, seus associados e funcionários. Nessa direção, o presente estudo tem por objetivo compreender como o sétimo princípio cooperativo vem sendo aplicado pela Cooperativa Financeira Cresol Vale Europeu, presente em 103 municípios, situados na região da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Litoral Norte de Santa Catarina. Orientada pela abordagem qualitativa e exploratória, a pesquisa se baseou em análise de documentos, observação em atividades realizadas pela Cooperativa e em cinquenta e quatro entrevistas semiestruturadas, englobando dirigentes, funcionários e cooperados, além de atores locais implicados com o tema. Como principal resultado, observou-se que na ótica dos entrevistados, a Cooperativa Financeira possui grande legitimidade social, gerando importantes benefícios para o desenvolvimento dos territórios onde atua através de suas ações. A análise indica que essas mudanças nas comunidades, em sua maioria, são de natureza socioeconômica, mas que parece não se articularem de forma estratégica, em ações territoriais voltadas ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-chave: Cooperativa financeira. Sétimo princípio. Ações.

ABSTRACT

Financial cooperatives differ from other financial organizations in several aspects, among which is the greater proximity that it establishes in serving their public. Due to its nature and principles, the cooperative has the figure of the cooperative member as the main target of its actions. In addition to proximity, cooperative principles provide philosophical and doctrinal support for cooperatives to put their actions into practice. By inserting the seventh principle – interest in the community – in 1995, the International Cooperative Alliance sought to add to the cooperative spirit the concern for the environment and the issue of sustainable development. This principle defends that to achieve sustainable development, in the social, economic and environmental spheres, the cooperative must favor the community, its members and employees. In this sense, this study aims to understand how the seventh cooperative principle has been applied by the Financial Cooperative Cresol Vale Europeu, present in 103 municipalities, located in the region of Greater Florianópolis, Vale do Itajaí and North Coast of Santa Catarina. Guided by a qualitative and exploratory approach, the research was based on document analysis, observation of activities carried out by the Cooperative and fifty-four semi-structured interviews, encompassing managers, employees and cooperative members, as well as local actors involved with the theme. As a main result, it was observed that from the perspective of the interviewees, the Financial Cooperative has great social legitimacy, generating important benefits for the development of the territories where it operates through its actions. The analysis indicates that these changes in communities, for the most part, are socioeconomic in nature, but that they do not seem to be strategically articulated, in territorial actions aimed at sustainable development.

Keywords: Financial cooperative. Seventh principle. Actions.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Área de abrangência da Cresol Vale Europeu	25
Figura 2: Parâmetros do desenvolvimento sustentável	46
Figura 3: Os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM)	48
Figura 4: Categorização das ações voltadas para o interesse pela comunidade da Cresol Vale Europeu de acordo com as dimensões do desenvolvimento sustentável.....	61

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Abrangência da Cresol Vale Europeu após o processo de união	26
Quadro 2: Informações socioeconômicas da Cresol Vale Europeu	27
Quadro 3: Categoria e quantidade de entrevistas pela pesquisa	29
Quadro 4: Evolução dos princípios cooperativistas de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional	35
Quadro 5: Indicadores que confirmam o interesse pela comunidade de uma cooperativa	42
Quadro 6: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	49

LISTA DE BOXES

Box 1 – Princípios atuais do cooperativismo e suas definições explicativas, de acordo com a ACI.	36
Box 2 – Cooperativas e Objetivos de Desenvolvimento: propostas sustentáveis.	51

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI Aliança Cooperativa Internacional
ATER Assistência Técnica e Extensão Rural
CBST Cesta de Bens e Serviços Territoriais
CDL Câmara de Dirigentes Lojistas
CIDASC Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina
CNPq Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CRESOL Cooperativa de Crédito com Interação Solidária
DTS Desenvolvimento Territorial Sustentável
EPAGRI Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
FETAESC Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina
LEMATE Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território
OCB Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESC Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
ODS Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OIT Organização Internacional do Trabalho
ONU Organizações das Nações Unidas
PNB Produto Nacional Bruto
PNUD Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PR Paraná
SEBRAE Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAI Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SENAR Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SESCOOP Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
SOBER Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural
SFN Sistema Financeiro Nacional
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA	20
1.2	JUSTIFICATIVA	21
1.3	OBJETIVOS	22
1.4	METODOLOGIA.....	23
1.4.1	Contexto empírico.....	24
1.4.2	Procedimentos metodológicos.....	27
1.4.2.1	<i>Fases da pesquisa</i>	28
1.4.2.2	<i>Métodos e técnicas de coleta de dados.....</i>	29
1.5	ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO	31
2	COOPERATIVA E O MOVIMENTO COOPERATIVO: BREVES FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS.....	32
2.1	A EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS	34
2.2	O SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO – INTERESSE PELA COMUNIDADE.....	39
3	DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERATIVISMO: AVANÇOS E DESAFIOS DE UMA PARCERIA EM CONSTRUÇÃO.....	45
3.1	A AÇÃO COOPERATIVA NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL	53
4	AÇÕES CARACTERIZADAS COMO DE INTERESSE PELA COMUNIDADE DA CRESOL VALE EUROPEU	56
4.1	O INTERESSE PELA COMUNIDADE SOB A INTERPRETAÇÃO DOS DIRIGENTES E COLABORADORES DA COOPERATIVA CRESOL VALE EUROPEU	62
4.2	O OLHAR DOS COOPERADOS PARA O SÉTIMO PRINCÍPIO COOPERATIVISTA.....	65
4.3	COMO OS ATORES EXTERNOS OBSERVAM A COOPERATIVA	68
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	70

REFERÊNCIAS.....	73
APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturado aplicado com dirigentes e colaboradores da Cooperativa Cresol Vale Europeu	80
APÊNDICE B – Roteiro de entrevista semiestruturado aplicado com os sócios (cooperados) da Cooperativa Cresol Vale Europeu	81
APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturado aplicado com técnicos/agentes locais onde a Cooperativa Cresol Vale Europeu está inserida	82

1 INTRODUÇÃO

A estrutura atual do Sistema Financeiro Nacional (SFN), em que se observa baixo número de bancos e grande concentração do mercado de crédito, aponta para necessidade de se fortalecer organizações financeiras alternativas, capazes de realizar um atendimento diferenciado ao público. As cooperativas de crédito (também chamadas de cooperativas financeiras¹) possuem uma característica importante nesse sentido, devido a sua capacidade e interesse em aprimorar o relacionamento com o público consumidor, especialmente das pessoas que compõem o seu quadro social, e melhorar as relações socioeconômicas das comunidades em que atua.

Por sua natureza e princípios, a cooperativa tem na figura do cooperado o alvo principal de suas ações. Mas, no mundo atual, as cooperativas financeiras podem atuar em prol das comunidades, não se limitando a beneficiar de forma exclusiva seus associados. Foi com esse intuito que as cooperativas de todo mundo instituíram o mais recente princípio universal do cooperativismo: o interesse pela comunidade.

Para analisar como as cooperativas atendem (ou podem atender) as comunidades, além da prioridade dada ao tema pelo movimento cooperativo, é necessário levar em conta a forma como essas organizações estão inseridas na estrutura jurídica e institucional de cada país e da região onde atuam. Desse modo, pode-se avaliar com mais propriedade os limites e possibilidades que as cooperativas apresentam para cumprir esse papel alternativo em benefício de um número significativo de pessoas físicas e jurídicas presentes em seu raio de ação.

As cooperativas são organizações formadas por pessoas, constituídas com o objetivo de prestar serviços aos seus associados², em forma de ajuda mútua, baseada em valores como igualdade, solidariedade, equidade, democracia e responsabilidade social (DRUMOND, 2010). Elas visam diminuir as desigualdades sociais e econômicas, assim como difundir o espírito de cooperação e incentivar a união dos associados, buscando a satisfação comum e alcance de objetivos compartilhados e coletivos.

¹ As cooperativas financeiras estão progressivamente adotando o nome de cooperativas financeiras em função da diversidade de serviços que, na atualidade, estão desenvolvendo junto ao seu público.

² Nesta dissertação o termo “associado” é o equivalente ao termo “cooperado”.

A partir da ação inédita dos moradores de Rochdale³, as cooperativas vêm seguindo princípios comuns como forma de orientar suas trajetórias. Entre outros aspectos, seus princípios e valores diferenciam uma cooperativa de outra organização com fins lucrativos. Aliás, desde o seu surgimento, na primeira metade do século XIX, o cooperativismo é o único movimento socioeconômico do mundo que prospera sob uma mesma orientação doutrinária (MEINEN; PORT, 2014).

Os princípios cooperativistas são revistos e atualizados periodicamente, como forma de aprimorar a governança do cooperativismo em todo o mundo, sendo fundamentais para a efetividade da criação e organização de cooperativas (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). Os sete princípios atuais do cooperativismo são os seguintes: adesão voluntária e livre, gestão democrática pelos membros, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, intercooperação e, mais recentemente, o interesse pela comunidade.

O interesse pela comunidade foi o último princípio a ser incorporado pela Aliança Cooperativa Internacional (ACI), no ano de 1995, durante seu congresso centenário. Ele discrimina que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de políticas aprovadas pelos membros” (DELFINO; SILVA, 2010, p.73). A orientação desse princípio é o de gerar benefícios sociais e econômicos para seus cooperados, como também para toda a comunidade onde atua a instituição (MEINEN; PORT, 2014). As cooperativas são agentes de desenvolvimento local diferentes de estruturas globalizantes, pois buscam aplicar ações de forças coletivas locais. Esse compromisso com o meio social local ou regional também é destacado por Drumond (2010): “as ações de uma cooperativa devem estimular a prática da cooperação e de outras condutas compatíveis com um desenvolvimento sustentável, que reduza a dependência externa em benefício de toda a comunidade” (DRUMOND, 2010, p.14). Em regra, uma cooperativa financeira possui uma responsabilidade socioeconômica intrínseca com a comunidade onde está inserida, pois é reconhecida como uma organização financeira de proximidade.

Nos debates sobre desenvolvimento sustentável, essência do sétimo princípio, se consente a contribuição do movimento cooperativo para a discussão da efetivação dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas metas. As cooperativas, por sua

³ Em 1844, tecelões da cidade inglesa de Rochdale criaram a Cooperativa de Rochdale (HOLYOAKE, 1933).

validade, já causam efeito positivo na sociedade e seus princípios cooperativos se conectam de modo direto com alguns dos ODS (SANTOS; TREZ, 2021).

O Sistema das Cooperativas de Crédito com Interação Solidária (Cresol) foi constituído na década de 1990 com apoio de organizações e movimentos sociais ligados à agricultura familiar do sul do país⁴. Grande parte dos municípios onde atua é de pequeno porte e está fortemente vinculada com o setor primário e com a marcada presença de comunidades rurais. Depois de crescer por vários anos somente nos três estados do sul, o Sistema Cresol resolveu expandir sua atuação para outras regiões do Brasil. Atualmente, o Sistema Cresol é formado por uma confederação, 04 centrais e 75 cooperativas singulares. Conta com aproximadamente 620 mil cooperados, 625 agências, distribuídos em mais de 2.100 municípios de 25 estados da Federação (CRESOL CONFEDERAÇÃO, 2020)⁵. Juntamente com essa grande expansão observada nos últimos anos, além do agricultor familiar, o Sistema vem abrindo-se cada vez mais para o público urbano e para a filiação de pessoas jurídicas. Como forma de manter seus vínculos com a base social e atender as comunidades onde nasceu, juntamente com o fornecimento de crédito, as cooperativas Cresol procuraram aprimorar a prestação de outros produtos e serviços financeiros e sociais de interesse do quadro social, além de investir na qualificação de colaboradores (funcionários).

A Cooperativa Financeira Cresol Vale Europeu, lócus de análise desta dissertação, é fruto de um processo de “união”, ocorrido no final de 2018, de cinco cooperativas singulares existentes nos municípios catarinenses de Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú, Schröder e Águas Mornas⁶. A união tornou a Cooperativa Vale Europeu uma organização de

⁴ No momento de sua criação o Sistema Cresol adotou o lema da “interação solidária” no sentido que as cooperativas singulares desse Sistema devem ser solidárias entre si, auxiliando-se mutuamente, com apoio financeiro, técnico e social, mesmo que cada uma delas possua suas regras de conduta distintas e sejam independentes (COLONIESE et al., 2010).

⁵ Conforme a dimensão e objetivos uma sociedade cooperativa se enquadra em três tipos de classificação específica: a) Singular ou de 1º grau – possui o objetivo de prestar serviços diretos aos cooperados. b) Central ou de 2º grau – tem por objetivo organizar em comum e em maior escala os serviços das afiliadas, possibilitando a utilização recíproca dos serviços. É formada por no mínimo três cooperativas singulares. c) Confederação ou de 3º grau – organiza os serviços das filiadas (centrais), para se constituir uma confederação são necessárias no mínimo três cooperativas centrais (OCB, 2021).

⁶ A literatura especializada considera a criação da Cresol Vale Europeu como fruto de um processo de incorporação, pois uma das singulares (Águas Mornas) manteve seu registro de funcionamento ativo enquanto as demais, depois de transferirem seu patrimônio e quadro social para aquela cooperativa, foram extintas juridicamente. No entanto, nesta dissertação deu-se preferência ao uso do termo união, por entender que este representa melhor o desenrolar dos processos em termos sociopolíticos, visto ter sido construído de forma consensual e participativa. A Cooperativa Vale Europeu é o resultado de um acordo entre todas as partes envolvidas.

grande porte socioeconômico em comparação com os padrões anteriores, pois passou a contar com um quadro social diversificado, composto por mais de 26 mil associados, e com uma área de abrangência que contempla mais de uma centena de municípios de Santa Catarina e de outros estados. Tais mudanças reacenderam, no entanto, preocupações em seu quadro social – dirigentes, colaboradores e associados – sobre a continuidade de seus compromissos sociais e institucionais. Uma questão que emerge é se, com a nova estrutura, a Cooperativa conseguirá manter mecanismos de governança⁷ para respeitar e aprimorar a aplicação dos princípios do cooperativismo, não se transformando numa organização financeira convencional travestida de cooperativa.

Este trabalho estuda, em específico, de que maneira a Cooperativa Financeira Cresol Vale Europeu concebe e desenvolve ações relacionadas com o sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade –, a partir do processo de união. Em outras palavras, procura-se entender em que medida as ações voltadas aos membros da Cresol Vale Europeu e às orientadas às coletividades em geral promovem o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua.

1.1 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA

Durante o processo de constituição da Cresol Vale Europeu ocorreram preocupações, principalmente por parte dos dirigentes, sobre o dilema de como a Cooperativa conseguiria manter, aprimorar e respeitar os princípios do cooperativismo. A união torna a Cooperativa uma organização de crescente poderio econômico (em comparação com os padrões anteriores), que passa a gerir um quadro social diversificado, composto por dezenas de milhares de associados e, com uma área de abrangência crescente, contemplando mais de uma centena de municípios de uma extensa região de Santa Catarina e de outros estados.

De regra, uma cooperativa financeira possui uma responsabilidade socioeconômica intrínseca para com a comunidade onde está inserida, pois ela é reconhecida como a organização financeira de proximidade. Além disso, para dar distinção ao sétimo princípio, a cooperativa financeira tem o compromisso de buscar projetos e soluções que desenvolvam –

⁷ “Trata-se de um modelo de direção estratégica, fundamentado nos valores e princípios cooperativistas, que estabelece práticas éticas visando garantir a consecução dos objetivos sociais e assegurar a gestão da cooperativa de modo sustentável em consonância com os interesses dos cooperados” (OCB, 2021).

local ou regionalmente – as comunidades onde estão estabelecidos seus sócios. No entanto, essas ações devem partir do interesse dos cooperados, e que devem ser sustentáveis economicamente, socialmente e ambientalmente (MEINEN; PORT, 2014). Nesta dissertação a “comunidade” pode ser entendida também como o território no qual a Cooperativa está inserida e deve desenvolver suas ações em torno do sétimo princípio.

A partir do caminho percorrido pelas cinco cooperativas de crédito singulares que formaram a Cresol Vale Europeu, esta pesquisa procura responder a seguinte questão norteadora: como as ações da (nova) cooperativa vêm abordando e promovendo a aplicação do sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade?

1.2 JUSTIFICATIVA

Formada há cerca de dezoito anos em engenharia agrônômica, a autora desta dissertação pautou a maior parte de sua vida profissional no trabalho de assistência técnica como extensionista rural. Durante seu caminho, verificou a importância do cooperativismo na vida dos agricultores com os quais trabalhou, principalmente durante o período em que exerceu sua profissão junto a uma pequena cooperativa de produção de leite. Neste período constatou que, para melhorar sua atividade, a Cooperativa e o agricultor familiar necessitavam de financiamentos para empregar em novas tecnologias e assim ter mais condições de comercializar seu produto no mercado. Para tanto era necessário estabelecer parcerias com outras organizações que facilitassem o acesso ao crédito rural, como as cooperativas financeiras. Pesquisas indicam que o agricultor familiar se identifica com a forma de tratamento e as orientações dadas por essas cooperativas na hora de negociar o crédito rural (ROCHA et al., 2020). Nasce então, para a escritora deste estudo, o interesse pelo cooperativismo e cooperativas.

Ao ingressar no curso de mestrado, no programa de Pós-graduação em Agroecossistemas, a autora teve contato com integrantes do Laboratório de Estudos da Multifuncionalidade Agrícola e do Território (Lemate) e com as atividades desenvolvidas pelo grupo⁸. O interesse em aprofundar estudos em torno do tema do cooperativismo se fortaleceu

⁸ Em 2002 foi constituído o Lemate com a finalidade de produzir trabalhos de pesquisa e extensão sobre os temas que abordam o desenvolvimento territorial, multifuncionalidade agrícola e políticas públicas de desenvolvimento rural. Mais informações: <http://lemate.paginas.ufsc.br/>.

ao conhecer um dos projetos que vinha sendo desenvolvido pelo Lemate e do qual este estudo passou a fazer parte⁹.

Fruto da bagagem do Lemate em relação a temática do desenvolvimento territorial e do cooperativismo e diante dos resultados preliminares da pesquisa do CNPq, obtidos a partir das entrevistas e reuniões a campo realizadas na cooperativa pesquisada, foi possível verificar a importância estratégica que a discussão em torno do sétimo princípio têm para o futuro da organização. Esse tema ganha amplitude face as grandes mudanças que se vislumbram na governança da Cooperativa, derivadas da incorporação e das transformações que o meio rural da região vem sofrendo.

Um dos aspectos mais importante para que uma cooperativa financeira seja considerada diferente de uma organização financeira bancária em termos práticos é a forma de agir e considerar o seu público (quadro social). Ao se tornarem grandes nos âmbitos econômico e social, especialmente por via de processos de união (fusão ou incorporação), as cooperativas provocam dúvidas sobre sua capacidade de resguardar os princípios do cooperativismo e de continuar a atuar numa lógica da proximidade, fortalecendo os vínculos sociais e institucionais com os territórios onde atuam.

Entre os princípios, o sétimo é o que conduz a importância do desenvolvimento sustentável nos ambientes onde as cooperativas estão implantadas. Esse elemento despertou o interesse da pesquisadora para o aprofundamento do debate acerca da promoção do desenvolvimento sustentável por esse princípio. Buscou-se, então, estudar a compreensão do interesse pela comunidade pelos agentes envolvidos (associados, dirigentes, colaboradores e atores locais) e a percepção de desenvolvimento em sua localidade.

1.3 OBJETIVOS

O objetivo geral desta dissertação é compreender como o sétimo princípio do cooperativismo – interesse pela comunidade – vem sendo aplicado pela Cresol Vale Europeu.

⁹ No final de setembro de 2018, o Lemate aprovou um projeto na chamada pública CNPq/Sescoop 007/2018 – Desenvolvimento Científico, Tecnológico e Inovação em Cooperativismo com o objetivo de estudar os programas educacionais e de formação da Cresol Vale Europeu (já citado no tópico « Justificativa »). Nesse escopo estão inseridas também suas ações em torno do sétimo princípio, voltadas à comunidade. Alguns resultados preliminares desse projeto estão publicados em BÚRIGO; ROVER; FERREIRA (2021).

Para alcançar essa finalidade, a pesquisa propõe os seguintes objetivos específicos:

- a) Caracterizar as ações (econômicas, sociais, culturais, educacionais, etc.) adotadas pela Vale Europeu que apontem o seu interesse pela comunidade, levando-se em conta as experiências das cooperativas singulares que a constituíram.
- b) Identificar a compreensão e o posicionamento adotados pelos integrantes do quadro social da Cresol Vale Europeu (cooperados, dirigentes e colaboradores) em relação ao sétimo princípio do cooperativismo, e entender como os atores externos observam as ações da Cooperativa na comunidade.
- c) Estudar os resultados alcançados pelas ações da Cooperativa nas comunidades sob a ótica do desenvolvimento sustentável.
- d) Apresentar sugestões para fortalecer as ações da Cooperativa no desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua tendo em conta as transformações geradas na organização com o processo de união.

1.4 METODOLOGIA

O levantamento prévio dos dados secundários referentes à Cresol Vale Europeu permitiu constatar a importância de se aprofundar a pesquisa bibliográfica e documental para se apoiar os fundamentos teórico-metodológicos e mecanismos instrumentais para a pesquisa e análise e a qualificada elaboração da dissertação. A coleta preliminar de dados secundários e a realização de seis entrevistas exploratórias feitas junto aos dirigentes da Cooperativa, permitiram orientar a construção da problemática e apontar a metodologia adotada neste estudo.

A apresentação da metodologia da pesquisa está dividida em dois blocos. O primeiro apresenta brevemente a história de formação da Cooperativa – objeto deste estudo –, e tem o propósito de contextualizar o ambiente onde podem acontecer expressões da realização do sétimo princípio do cooperativismo: interesse pela comunidade. A segunda explica os procedimentos metodológicos que foram mobilizados neste trabalho.

As sugestões para fortalecer as ações da Cooperativa no desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua – referente ao objetivo “d” desta dissertação – estão indicadas nas considerações finais deste trabalho.

1.4.1 Contexto empírico

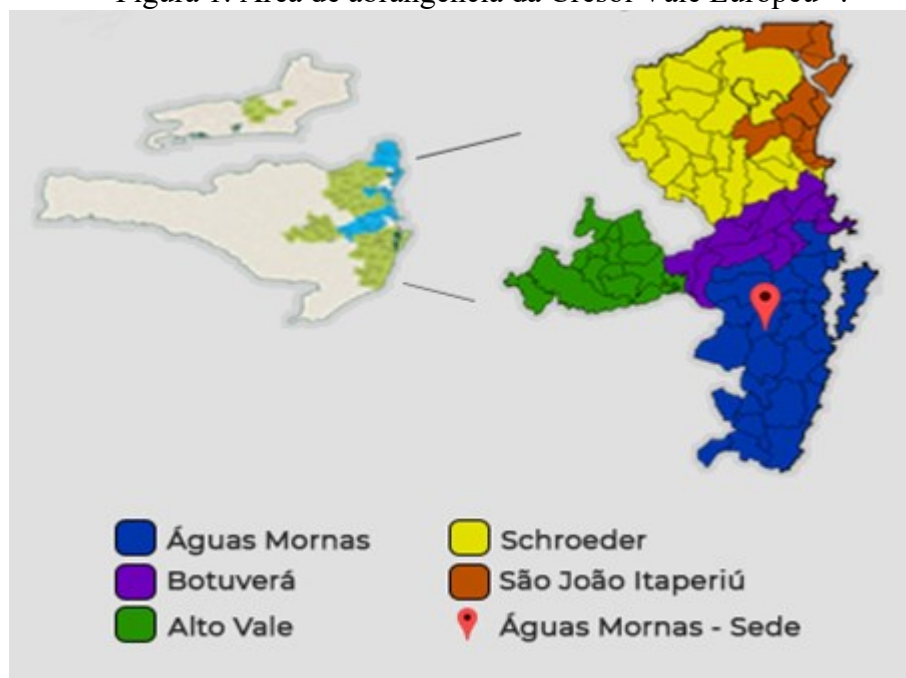
O Sistema Cresol surgiu nos anos 1990, em contrapartida ao cooperativismo chamado empresarial, e voltado para segmentos da agricultura familiar que se tornavam cada vez mais distante desse tipo de organização. Esse público clamava por mudanças no sistema cooperativista nacional, propondo a construção de cooperativas de crédito com preocupações de cunho mais social. Esse modelo alternativo passou a ser denominado de cooperativismo de vertente solidária (PINHO, 2004). Ou seja, a proposta de organização da Cresol era diferente, com estruturas descentralizadas, articulada com a comunidade local e pequenas unidades em forma de rede.

O embrião desta nova proposta surge da experiência dos Fundos de Crédito Rotativo, que desde 1989 era desenvolvido na região Sudoeste do Paraná, fruto de convênio entre a Misereor, organização religiosa da Alemanha, e a Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural - Assesoar, organização não-governamental sediada em Francisco Beltrão, fundada em 1966. [...] Por meio deste fundo eram financiados pequenos investimentos junto a diversos grupos informais de agricultores familiares da região (COLONIESE et al., 2010, p. 12).

O Sistema Cresol formou-se no sudoeste do Paraná em 1995, onde até hoje se encontra a sede de uma de suas cooperativas de segundo grau, a Central Cresol Baser. Inicialmente, o Sistema cresceu continuamente no Sul, difundindo-se posteriormente para várias regiões do país. “Com o crescimento surgiram novas demandas, diferentes realidades a serem atendidas e com isso uma necessidade ainda maior de capacitação de funcionários e diretores das cooperativas” (COLONIESE et al., 2010, p. 16). Hoje o Sistema atua por meio de centenas de unidades de atendimento que atendem mais de meio milhão de associados, baseadas em cooperativas singulares, quatro centrais e uma confederação de crédito (cooperativa de terceiro grau). Essas organizações estão presentes em dezessete estados, situados em todas as regiões do país (CRESOL CONFEDERAÇÃO, 2021).

A Cresol Vale Europeu, com sede em Águas Mornas, está presente em cento e três municípios, situados na região da Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Litoral Norte de Santa Catarina, além da região de Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro (Figura 1).

Figura 1: Área de abrangência da Cresol Vale Europeu¹⁰.



Fonte: Cresol Baser, adaptado pela autora (2019).

A trajetória de constituição das cooperativas singulares fundadoras da Cresol Vale Europeu se deu entre os anos 2005 e 2010 e ocorreu de forma semelhante em quase todos os casos. Todas se caracterizaram por serem criadas em municípios onde a agricultura familiar é muito forte. Algumas destas singulares atendiam agricultores localizados em áreas de cinturão verde, e que precisavam de acesso facilitado ao crédito rural (NICOLUZZI, 2015). A sua criação contou com apoio de sindicatos e associações de agricultores e de lideranças representantes da agricultura familiar¹¹.

Com o processo de união das cooperativas singulares de Águas Mornas, Vale Europeu (Botuverá), Alto Vale, Schroeder e São João do Itaperiú, a Cresol Vale Europeu tornou-se uma das maiores cooperativas do Sistema Cresol (Quadro 1).

¹⁰ Embora a Cooperativa atue também em municípios do estado do Rio de Janeiro e num município do Paraná (PR), por razões logísticas a pesquisa empírica foi realizada somente em Santa Catarina. Acredita-se que essa escolha não influenciou significativamente nos resultados encontrados, uma vez que grande parte da atuação da Vale Europeu ocorre em territórios localizados no estado catarinense.

¹¹ A história de formação da antiga cooperativa singular de Botuverá foi um pouco diferente das demais, pois partiu de um projeto idealizado por um vereador (que depois virou secretário da agricultura e prefeito), que observando o sucesso das cooperativas Cresol nos municípios vizinhos, acreditou que uma cooperativa em Botuverá também desenvolveria o município. “Comecei a buscar alternativas para que as pessoas conseguissem um pouco de apoio, e foi nesse momento que me apresentaram a Cresol. Fui conhecer o modelo, e vi uma saída importante no cooperativismo de crédito da Cresol” (AGENTE EXTERNO PARTICIPANTE).

Quadro 1: Abrangência da Cresol Vale Europeu após o processo de união.

Nome da cooperativa anterior	Área de abrangência (municípios)
Cresol Águas Mornas	Águas Mornas (município sede), Angelina, São Bonifácio, Anitápolis, Antônio Carlos, Governador Celso Ramos, Biguaçu, São Pedro de Alcântara, Major Gercino, São José, Laguna, Paulo Lopes, Pedras Grandes, Gravatal, Braço do Norte, São Martinho, Armazém, Imbituba, Tubarão, Capivari de Baixo, Tijucas, Palhoça, Florianópolis, Imaruí, Garopaba, Rancho Queimado, Santo Amaro da Imperatriz, e ainda nos municípios de Cachoeira de Macacu, São José do Vale do Rio Preto, Sapucaia, Sumidouro, Teresópolis, Trajano de Moraes e Nova Friburgo ¹² , localizados no estado do Rio de Janeiro.
Cresol São João do Itaperiú	São João do Itaperiú (Município sede) Araquari, Barra Velha, Balneário Barra do Sul, São Francisco do Sul, Guaruva, Itapoá, Penha, Massaranduba e Balneário de Piçarras e ainda o município de Guaratuba localizado no Estado do Paraná.
Cresol Vale Europeu (Botuverá)	Botuverá (Município sede), Brusque, Guabiruba, Vidal Ramos, São João Batista, Canelinha, Nova Trento, Itajaí, Itapema, Porto Belo, Bombinhas, Leoberto Leal, Camboriú e Balneário Camboriú
Cresol Schröede	Schröeder (Município sede), Jaraguá do Sul, Blumenau, Rodeio, Pomerode, Guaramirim, Campo Alegre, Rio Negrinho, São Bento do Sul, Corupá, Joinville, Luiz Alves, Indaial, Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Acurra, Dr. Pedrinho, Gaspar, Ilhota e Navegantes.
Cresol Alto Vale	Ituporanga (município sede), Petrolândia, Imbuia, Chapadão do Lageado, Aurora, Agrolândia, Atalanta, Agronômica, Braço do Trombudo, Trombudo Central, Rio do Sul, Otacílio Costa, Laurentino, Rio do Oeste e Palmeira.

Fonte: ROCHA (2020).

O Quadro 2 apresenta mais alguns dados sobre a Cooperativa em termos econômicos e sociais, que demonstram sua posição de destaque no Sistema Cresol:

¹² No início de 2021 a área de atuação da Cresol Vale Europeu aumentou, agregando mais oito municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo eles: Macuco, Cantagalo, Cordeiro, Duas Barras, Bom Jardim, Carmo, Petrópolis e Guapimirim.

Quadro 2: Informações socioeconômicas da Cresol Vale Europeu.

Item / Ano	2020
Municípios atendidos	103
Agências	36
Associados	+ 26 mil
Patrimônio de Referência	R\$ 88 milhões
Depósitos totais	R\$ 367 milhões
Resultado financeiro	R\$ 8,8 milhões
Recursos administrados totais	R\$ 714 milhões

Fonte: Relatório de Sustentabilidade (2020), adaptado pela autora.

1.4.2 Procedimentos metodológicos

A dissertação pautou-se pela análise qualitativa de dados, uma vez que esta abordagem permite responder questões muito particulares. Nos processos e fenômenos que não podem ser alinhavados com variáveis, dentro das ciências sociais, a análise qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes (MINAYO, 2002). Usou-se como métodos de pesquisa o estudo de caso interpretativo e a análise de conteúdo. No estudo de caso foram utilizadas as tipologias exploratória e descritiva – pois teve finalidade de obter informação preliminar sobre o objeto de estudo e a relevância de descrever o “como”. A escolha desse método teve por objetivo contrastar a teoria com as demonstrações práticas e localizadas da realização do princípio cooperativo interesse pela comunidade. A perspectiva interpretativa do estudo de caso é uma orientação teórica que consente que o pesquisador considere inúmeras formas de interpretação, envolvendo a sua observação e a compreensão da noção subjetiva dos participantes (COIMBRA; MARTINS, 2013). A análise de conteúdo foi utilizada por ser um método de pesquisa capaz de analisar todas as formas de mensagens (oral, escrita, gestual, silenciosa, figurativa ou diretamente provocada). “[...] é uma técnica de análise das comunicações, que irá analisar o que foi dito nas entrevistas ou observado pelo pesquisador” (SILVA; FOSSÁ, 2015).

A pesquisa avaliou como o cooperativismo que se apegua integrante da vertente solidária, concebe e opera em relação ao sétimo princípio (e como estabelece relações deste com os demais princípios), como também em relação ao desenvolvimento sustentável e outros temas correlatos. Para isso nas etapas seguintes a pesquisa empenhou-se no levantamento de dados primários, tendo como ferramentas a realização de entrevistas com dirigentes, colaboradores (funcionários), cooperados e atores locais que possuem algum tipo de interação com a Cooperativa.

1.4.2.1 Fases da pesquisa

O desenvolvimento desta pesquisa contemplou três fases principais, que utilizaram processos e ferramentas metodológicas diferentes. A primeira envolveu pesquisa bibliográfica e trabalho de campo de caráter exploratório. Durante esta etapa se deu preferência para analisar documentos e conhecer o cotidiano de trabalho da Cooperativa, bem como arguir preliminarmente seus dirigentes e colaboradores, visto que a intenção era mapear, ainda de forma preliminar, quais ações relacionadas com o interesse pela comunidade eram reconhecidas pelo Sistema Cresol e executadas no dia a dia da Vale Europeu. Ao longo desta etapa inicial de pesquisa foram realizadas seis entrevistas piloto¹³ com os principais dirigentes das antigas cooperativas singulares que passaram pelo processo de união. Durante essa etapa também ocorreu uma visita à sede da Central Cresol Baser, em Francisco Beltrão (PR), onde se pode conversar com dirigentes e colaboradores do Sistema. A partir desses passos foi possível entender, ainda de forma aproximada, a política de relacionamento da Cooperativa com o seu quadro social e com atores sociais dos territórios onde está inserida. Esses dados permitiram ajustar o referencial teórico-metodológico e realizar análises preliminares das ações existentes. As entrevistas e demais ações dessa etapa inicial da pesquisa ocorreram entre maio e agosto de 2019.

A segunda etapa foi subdividida em dois momentos. No primeiro foram efetuadas dezoito entrevistas com dirigentes e colaboradores da Cooperativa estudada. Para realizar essas novas entrevistas foram efetuadas visitas em outras sedes e agências da Organização, o que possibilitou a coleta de informações mais detalhadas sobre as ações relacionadas ao sétimo princípio desenvolvidas pela Vale Europeu nos diferentes territórios onde atua. Esse momento aconteceu entre os dias 03 de setembro e 20 de dezembro de 2019. Em vista das respostas geradas pelas entrevistas, foi possível traçar um perfil preliminar das ações realizadas pela Cooperativa em relação sétimo princípio e correlacioná-las com o tema do desenvolvimento sustentável em suas diferentes dimensões: econômica, social e ambiental.

¹³ As entrevistas realizadas na fase exploratória foram efetuadas dentro do escopo do Projeto CNPq que está sendo desenvolvido pelo Lemate e já citado no tópico “Justificativa”.

Uma segunda rodada de entrevistas foi efetuada com objetivo de aprofundar em que medida o sétimo princípio do cooperativismo está sendo contemplado segundo a percepção dos dirigentes, colaboradores e cooperados. Nesse segundo momento da pesquisa também se entrevistou atores locais (ligados a prefeituras, órgão de assistência técnica, etc.), que desenvolvem ou já desenvolveram ações em parceria ou então conhecem bem o trabalho da Cooperativa nas comunidades onde atuam ou residem. As trinta entrevistas realizadas durante esse segundo momento transcorreram entre 12 de novembro e 01 de dezembro de 2020.

Durante a pesquisa de campo foi realizado um total de cinquenta e quatro entrevistas, que estão relacionadas no Quadro 3 de acordo com a categoria do entrevistado.

Quadro 3: Categoria e quantidade de entrevistas pela pesquisa.

Categorias de entrevistado	Nº de entrevistas
Dirigentes	17
Colaboradores	21
Cooperados	11
Agentes locais	05

Fonte: Elaborado pela autora.

A terceira etapa contemplou a análise, interpretação e discussão final dos dados coletados, tendo por referência a abordagem teórica de Drumond (2010) a respeito dos princípios do cooperativismo e suas aplicações em iniciativas voltadas às comunidades e dos preceitos do desenvolvimento territorial sustentável.

1.4.2.2 Métodos e técnicas de coleta de dados

Os métodos e técnicas para coleta de dados utilizados neste estudo envolveram a análise do tema a partir de entrevistas com roteiros semiestruturados, aplicados com dirigentes, colaboradores, associados e atores externos à Cooperativa. O entrevistado tem papel importante, com sua participação, na construção do conteúdo da pesquisa, especialmente por meio da elucidação de seus pensamentos e experiências (RICHARDSON, 2012). A aplicação de entrevistas permite a criação de afinidade entre pesquisador e entrevistado, favorecendo a comunicação em um processo de influência recíproca, na qual o pesquisador deve ser cuidadoso em não direcionar as respostas do entrevistado (RICHARDSON, 2012).

A coleta de dados empíricos foi sempre obtida por meio de entrevistas com parcelas amostrais. Essas amostras foram definidas a partir de dados que foram sendo obtidos ao longo da pesquisa, e sempre levou em conta o envolvimento dos entrevistados com as ações da Cooperativa voltadas ao interesse pela comunidade. No caso dos cooperados entrevistados, utilizou-se a busca por nomes indicados por órgãos governamentais municipais, para que não ocorresse algum tipo de interferência indevida na escolha da parcela amostral. Portanto, o roteiro das entrevistas buscou estabelecer uma relação com a pergunta de partida e os objetivos deste estudo. No seu conjunto, as entrevistas foram realizadas nos municípios sede das antigas cooperativas singulares (Águas Mornas, Botuverá, Ituporanga, São João do Itaperiú e Schröeder) e no município de Imaruí.

Neste trabalho, as entrevistas tiveram o propósito principal de levantar dados e opiniões sobre o sétimo princípio do cooperativismo e estabelecer correlações com as ações empregadas pela Cooperativa Vale Europeu. Vale lembrar que tanto o desenho das amostras quanto a dinâmica e o conteúdo das questões formuladas durante as entrevistas foram estrategicamente planejados, de modo a aliar os objetivos desta investigação com as demandas oriundas de um projeto mais amplo que está em execução no Lemate envolvendo o tema da educação cooperativista (anteriormente citado), e do qual esta dissertação é parte integrante.

Elaborou-se três roteiros semiestruturados de entrevistas, um com questões voltadas para os dirigentes e colaboradores, outro para os cooperados e por último, um para os agentes externos locais ligados ao tema. Na organização dos roteiros semiestruturados optou-se pela elaboração de questões fechadas e abertas. As questões fechadas tiveram o objetivo de identificar informações básicas, conhecimentos ou opiniões do entrevistado sobre o tema pesquisado. A parte relativa às questões abertas foi destinada ao exame das opiniões dos entrevistados.

As entrevistas foram gravadas com o consentimento dos entrevistados. Na segunda rodada das entrevistas foram adotadas as medidas de prevenção e controle contra Covid 19 – uso de máscaras, higienização das mãos com álcool em gel e distanciamento de pelo menos 1,30m entre o entrevistador e os entrevistados – já que foram realizadas em plena pandemia. As respostas das entrevistas foram transcritas e submetidas à análise de conteúdo levando em conta a questão norteadora do estudo.

1.5 ESTRUTURA DA DISSERTAÇÃO

Esta dissertação é constituída por quatro capítulos além desta parte inicial que tem o propósito de introduzir o tema do estudo. No capítulo dois são revistos brevemente os fundamentos teóricos e históricos do cooperativismo, servindo como base para a apresentação dos princípios cooperativistas e seus valores, e na sequência tem-se o aprofundamento da discussão sobre o sétimo princípio – interesse pela comunidade – que é a essência desta dissertação.

O capítulo três traz um estudo sobre a construção da parceria entre cooperativismo e desenvolvimento sustentável e seus vários ângulos e dimensões, contemplando nesse discurso a ligação das cooperativas com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS). Ainda previsto neste capítulo está uma análise da ação cooperativa sob a perspectiva da abordagem territorial do desenvolvimento sustentável.

No quarto capítulo estão as ações levantadas pela pesquisa que caracterizam o interesse pela comunidade pela Cresol Vale Europeu, analisadas sob a ótica dos conceitos de DTS. Ainda nesta seção são tratados a compreensão do sétimo princípio cooperativista por meio do “olhar interno” da Cooperativa (dirigentes e colaboradores) e do entendimento dos cooperados. Também é abordada a relação da Vale Europeu com os territórios onde atua a partir da percepção dos agentes locais implicados com o tema.

As considerações finais presentes no quinto capítulo trazem o resultado da discussão deste trabalho. Ao fazer um resumo analítico sobre a ação da Cooperativa pesquisada em relação ao sétimo princípio, formula também algumas sugestões a serem conduzidas por outras investigações. Finalizando a dissertação estão as referências bibliográficas e os apêndices com os roteiros das entrevistas realizados na fase de campo.

2 COOPERATIVA E O MOVIMENTO COOPERATIVO: BREVES FUNDAMENTOS CONCEITUAIS E HISTÓRICOS

O cooperativismo teve início no século XIX, como resultado de movimentos sociais que buscavam uma saída para os problemas socioeconômicos provenientes do liberalismo econômico e da Revolução Industrial (BIALOSKORSKI, 2006).

De acordo com Bialoskorski (2006), no cenário da Revolução Industrial, tendo como base o pensamento da livre concorrência e a defesa da propriedade privada, reinava uma sociedade de pobreza e exploração de trabalho. Operários trabalhavam 17 horas diárias, passavam fome, não possuíam nenhum benefício social, em um mundo de desemprego e miséria que acaba levando alguns pensadores econômicos a revolta.

Surgem, então, alguns pensamentos diferenciados, como: ‘A cada um, de acordo com seu trabalho’, e ‘A cada um, segundo a sua capacidade; a cada um, segundo as suas necessidades’. Esses pensamentos e a preocupação com a situação social, aliado a uma revolta contra a propriedade privada e à livre concorrência, fazem nascer um grupo de socialistas, chamados utópicos (BIALOSKORSKI NETO, 2006, p.22-23).

Socialistas utópicos como Robert Owen¹⁴ (1772 – 1858), Charles Fourier¹⁵ (1772 – 1837), Philippe Joseph Benjamin Buchez¹⁶ (1796-1865) e Louis Blanc¹⁷ (1812-1882), foram considerados os primeiros cooperativistas. Das suas atuações no campo social e político ficaram os ensinamentos das “noções fundamentais de democracia, associação de pessoas, autoajuda, capital a serviço dos homens, eliminação ou diminuição do lucro, crítica ao paternalismo estatal, entre outras” (DUARTE; WEHRMANN, 2006, p. 14).

Em 1844, depois de uma greve fracassada, 28 tecelões da cidade de Rochdale na Inglaterra, criaram a Cooperativa de Rochdale, com o objetivo de melhorar a situação de penúria pela qual passavam. Esses pioneiros ficaram mundialmente conhecidos como ‘Probos Pioneiros de Rochdale’ (FILHO, 2002). Esse acontecimento ficou conhecido como o início do

¹⁴ Inglês, considerado o pai do cooperativismo. Sua linha de pensamento visava o homem como resultado do seu meio social, para modificá-lo seria preciso modificar o meio social onde vive (SALES, 2010).

¹⁵ Francês, considerado o elaborador das cooperativas integrais de produção (SALES, 2010).

¹⁶ Francês, “defendeu a ideia de associação cooperativa dos produtores livres, mas pacificamente e sem espoliação” (LEOPOLDINO, 2011, p. 149).

¹⁷ Francês, “defendia a associação de operários em fábricas sociais, que no primeiro momento seria organizada e financiada pelo estado, pois defendia que o estado era responsável pelos problemas econômicos e sociais” (SALES, 2010, p. 28).

movimento cooperativo mundial, seria o marco fundamental do cooperativismo moderno. A cooperativa dos Pioneiros de Rochdale foi a primeira a se constituir sobre regras de conduta, que foram regularizadas em um documento (estatuto), o qual previa os princípios e os valores (solidariedade, igualdade, fraternidade, democracia, equidade, responsabilidade social, transparência) que deveriam ser seguidos pelos seus membros. Esses princípios vêm sendo remodelados com o passar do tempo para melhor atender o cooperativismo atual (ver Quadro 4). Os fundadores desta primeira cooperativa almejavam mais do que alimentos e preços justos, empenhavam-se em melhorar as condições de vida de seus membros, por meio da educação e da participação social (HOLYOAKE, 1933).

Ainda no século XIX, o movimento cooperativo, especialmente os europeus, procuraram estabelecer órgãos representativos e fomentar a unificação dos debates sobre as regras gerais de criação e funcionamento das cooperativas. O principal órgão criado nesta época foi a Aliança Cooperativa Internacional (ACI). Fundada em 1895 por líderes cooperativistas, a ACI nasceu com a finalidade de ser um órgão que os representasse mundialmente, e que estimulasse o intercâmbio entre cooperativas de países diversos (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020). Essa federação internacional permitiu alcançar uma definição da cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para prosseguirem as necessidades e aspirações comuns, seja econômica, social ou cultural, através de uma empresa comum democraticamente controlada” (MARIE, 2019, np).

O cooperativismo apresentou-se como o outro lado da balança social, contrapondo as desigualdades oriundas da livre concorrência e exploração de mão-de-obra presentes no regime capitalista. Ele pode ser contemplado como forma de inclusão social, tornando um grupo de atores sociais, quando unidos em uma cooperativa, notáveis o suficiente para concorrer no mercado com as grandes corporações.

Para Marie (2019), enquanto organizações, as cooperativas enfrentam um dilema entre a lógica da competitividade no mercado e o potencial alternativo intrínseco a política interna e a recusa do lucro. Essa tensão existente pode levar as cooperativas a raciocinarem pela lógica capitalista, descaracterizando a sua essência. Ou seja, ao estarem presentes no mercado, as cooperativas concorrem com empresas que não seguem os mesmos objetivos e princípios, podendo cair na tentação de reproduzir modelos de gestão capitalistas, num processo

denominado de isomorfismo institucional (LEVI, 2000), tendo por consequência a perda da identidade cooperativa.

Essa investida do capitalismo aos princípios e valores do cooperativismo não limita o potencial de opção para outra forma de economia. O cooperativismo traduz o conceito de autogestão e procura promover novas relações sociais no meio do sistema capitalista (MARIE, 2019). O mais importante hoje é discutir e reavivar as esferas políticas pertencentes a história do cooperativismo, e assim potencializar novos meios de autonomia social e de produção não capitalista.

As cooperativas, inspirada pelos seus princípios, são organizações capazes de contribuir para o desenvolvimento sustentável dos territórios onde atuam. Na sequência serão apresentados com mais particularidades os princípios do cooperativismo. Salienta-se que os princípios estão todos inter-relacionados, e que a existência de cada um deles influencia na aplicação dos outros.

2.1 A EVOLUÇÃO DOS PRINCÍPIOS E VALORES COOPERATIVISTAS

Foi pensando no funcionamento de uma organização pautada em princípios e valores sociais que os Pioneiros de Rochdale construíram uma cooperativa com normas claras e bem definidas (FILHO, 2002). Esses princípios configuram orientações e diretrizes pelos quais são colocados em prática os valores defendidos pelo conjunto dos cooperados (SOCREPPA; SILVA, 2017). Para Reale (2002), princípios são:

verdades ou juízos fundamentais, que servem de alicerce ou de garantia de certeza a um conjunto de juízos, ordenados em um sistema de conceitos relativos à dada porção da realidade. Às vezes também se denominam princípios certas proposições, que apesar de não serem evidentes ou resultantes de evidências, são assumidas como fundantes da validade de um sistema particular de conhecimentos, como seus pressupostos necessários (REALE, 2002, p.60).

Desde a formulação original dos Pioneiros, os dirigentes cooperativistas consagraram suas ações em torno de sete princípios. Durante os congressos da ACI, em que se reúnem as cooperativas de todos os continentes, esses princípios são reavaliados e relançados como elementos guia para o seu funcionamento. Embora sempre mantivessem grande parte dos ideais e valores defendidos pelos Pioneiros, esses princípios sofreram modificações ao longo do tempo. As principais alterações ocorreram nos congressos internacionais de 1937, 1966 e 1995.

O Quadro 4 a seguir apresenta a evolução dos princípios cooperativistas, tendo por referência as bases originais estabelecidas pelos Pioneiros de Rochdale.

Quadro 4: Evolução dos princípios cooperativistas de acordo com a Aliança Cooperativa Internacional.

Princípios originais de Rochdale (1844)	Revisão de 1937 (Paris)	Revisão de 1966 (Viena)	Revisão de 1995 (Manchester)
1. Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos.	1. Adesão aberta de novos membros no mesmo pé de igualdade dos antigos.	1. Adesão livre (inclusive neutralidade política, religiosa, racional e social).	1. Adesão voluntária e livre.
2. Gestão democrática, um sócio, um voto.	2. Gestão democrática, um sócio, um voto.	2. Gestão democrática, um sócio, um voto.	2. Gestão democrática pelos membros.
3. Distribuição de parte do excedente proporcional às compras.	3. Distribuição de parte do excedente proporcional às compras.	3. Distribuição das sobras ao(s): a) desenvolvimento da cooperativa; b) serviços comuns; c) associados pró rata das operações.	3. Participação econômica dos membros.
4. Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito.	4. Juros limitados ou fixados sobre o capital subscrito.	4. Taxa limitada de juros ao capital social.	4. Autonomia e Independência.
5. Promoção da educação.		5. Educação cooperativista permanente.	5. Educação, formação e informação.
6. Vendas à vista, sem crediário.		6. Cooperação entre cooperativas.	6. Intercooperação.
7. Neutralidade política e religiosa.		7. Neutralidade social, política, religiosa e racial.	7. Interesse pela comunidade.

Fonte: RIBEIRO (2012).

Para nortear a execução de seus princípios, a ACI defende também que a atuação das cooperativas esteja baseada num conjunto de valores:

autoajuda, autorresponsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade. Para manter a tradição de seus fundadores, os membros cooperativos acrescentam ainda os valores éticos da honestidade, atitude receptiva, responsabilidade social e respeito mútuo (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020).

A ACI apresenta definições explicativas que detalham a concepção dos princípios e balizam sua aplicação prática, tendo em conta os valores. O Box 1, abaixo, detalha os princípios atualmente em vigor a partir da compreensão que a ACI procura repassar para todas as suas afiliadas.

Box 1: Princípios atuais do cooperativismo e suas definições explicativas, de acordo com a ACI.

A Aliança Cooperativista Internacional conceitua cada princípio cooperativista de modo a nortear as ações de suas filiadas:	
1. Adesão voluntária e livre	São organizações voluntárias, abertas a todas as pessoas aptas a utilizarem os seus serviços e assumirem as responsabilidades como membros sem discriminações de sexo, sociais, raciais, políticas e religiosas.
2. Gestão democrática	São organizações democráticas, controladas por membros que participam ativamente da formulação de políticas e tomada de decisões.
3. Participação econômica dos membros	Os membros contribuem equitativamente para o capital das suas cooperativas e o controlam de forma democrática. Parte desse capital é, normalmente, propriedade comum da cooperativa. Os membros recebem, se houver, uma remuneração limitada ao capital integralizado como condição de sua adesão e destinam os excedentes a outras finalidades: desenvolvimento da cooperativa, criação de reservas e apoio a outras atividades aprovadas pelos membros.
4. Autonomia e independência	São organizações autônomas, de ajuda mútua, que, ao fazerem acordos com outras organizações, incluindo instituições públicas, ou recorrerem a capital externo, devem fazê-lo em condições que assegurem o controle democrático pelos seus membros e mantenham a autonomia da cooperativa.
5. Educação, formação e informação	Promovem educação e formação dos seus membros, representantes eleitos e trabalhadores, de forma que estes possam contribuir para o desenvolvimento da cooperativa. Informam o público em geral, principalmente os jovens e os líderes de opinião, sobre a natureza e as vantagens da cooperação.
6. Intercooperação	Servem de forma mais eficaz aos seus membros e dão mais força ao movimento cooperativo, trabalhando em conjunto por meio de estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais.
7. Interesse pela comunidade	As cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentado das suas comunidades por meio de políticas aprovadas pelos membros.

Fonte: ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (2020), adaptado pela autora.

Para Meinen e Port (2014), o primeiro princípio (adesão voluntária e livre) está ligado diretamente aos valores da liberdade e da igualdade. O segundo (gestão democrática) define que a cooperativa deve se guiar pelos princípios da democracia, tendo como premissa que todos os membros ajam com responsabilidade. Esse princípio dá vida aos valores da igualdade, da

transparência e da responsabilidade. Participação econômica dos membros é o princípio que norteia a cooperativa desde o seu início e se desenvolve com a formação e crescimento da sua estrutura patrimonial, amparada nas reservas e no capital social (MEINEN; PORT, 2014).

Ribeiro (2012) assinala que esses três primeiros princípios referem-se mais à dinâmica interna da cooperativa e estão relacionados à questão da formação e consolidação do vínculo associativo das pessoas à organização. Já Meinen e Port (2014) ressaltam que a autonomia e independência é o princípio pelo qual qualquer negociação que envolva a participação de pessoas, entidades ou órgão externos não pode afetar o controle democrático pelos próprios associados. Esse princípio garante que a organização adote condutas que os próprios associados definam de forma autônoma, levando em conta os valores da democracia, transparência e honestidade (MEINEN; PORT, 2014).

O quinto princípio, o da educação, formação e informação, é considerado a regra de ouro do cooperativismo, sendo base para a perpetuação de todos os demais princípios. É base também para a promoção de seus valores, ideologia e fortalecimento econômico e social dos cooperados (FERREIRA, 2015). Trata-se, portanto, de uma conduta importante para a expansão do cooperativismo (diferentes públicos) e para a sustentabilidade do empreendimento, pois prepara os atores internos (sócios, dirigente e colaboradores) e o público em geral para as especificidades e as diretrizes do cooperativismo. Esse princípio está diretamente ligado aos valores de transparência e responsabilidade (MEINEN; PORT, 2014).

O sexto princípio, a intercooperação, é decisivo para nortear o relacionamento entre cooperativas. Ao realizarem ações conjuntas, elas podem potencializar o impacto dessas ações por meio da colaboração. Trata-se de uma das formas pelas quais se pratica o valor da solidariedade, pois é de interesse de qualquer cooperativa que organizações de origem semelhantes, do mesmo e de outros ramos, se desenvolvam (MEINEN; PORT, 2014, SCHNEIDER; HENDGES, 2006)

O quarto princípio, independência e autonomia dos associados, sustenta a responsabilidade da cooperativa diante dos três últimos – educação, formação e informação, intercooperação e interesse pela comunidade (RIBEIRO, 2012). Esses três últimos princípios dizem respeito aos modos de ação que intensificam as relações externas da cooperativa. Segundo Alves (2003), quando os princípios do cooperativismo forem aplicados corretamente eles contribuem para o desenvolvimento econômico e social de uma região, estado ou país de

forma ampla. E isso se dá mediante o aumento das oportunidades de trabalho, diminuição da desigualdade de renda, do fortalecimento das instituições democráticas, da defesa das liberdades individuais e da humanização das relações econômicas.

Muitas vezes, os embates em torno da (re)definição dos princípios cooperativistas espelham disputas ideológicas entre correntes de pensamento e visões de mundo distintas. De maneira geral, de um lado, estão os grupos que outorgam às cooperativas um papel transformador do meio social e econômico em que atuam. De outro, os que adotam uma visão mais instrumental, preconizando que as cooperativas precisam abrir mão de certos ideais, para aumentar sua inserção na ordem capitalista vigente. Em vários sentidos, esses últimos se distanciam de alguns princípios de Rochdale, argumentando que eles se aplicam apenas para organizações de pequena escala (BÚRIGO, 2006).

Acredita-se que a Cooperativa Vale Europeu, o caso aqui analisado, apresenta historicamente afinidades políticas com o primeiro grupo, mas seu processo de crescimento recente pode representar um entrave se esse tema não for incorporado nas agendas de seus dirigentes e funcionários, bem como nas instâncias de diálogo e nos processos de educação e formação dos seus associados.

Para ilustrar os debates sobre a definição dos princípios no caso das cooperativas de crédito brasileiras, pode-se citar Zylbersztajn (1994) que defende uma reforma nos princípios do cooperativismo, entendendo que essa mudança é necessária para que essa modalidade de cooperativa possa manter-se e crescer em termos comerciais. Na visão do autor, essa reforma se faz necessária para que as cooperativas adotem estratégias de gestão mais competitivas, semelhantes às dos bancos, aumentando a sua participação no mercado. O autor acredita que a essência socialista de alguns princípios cooperativistas bloqueia o crescimento das instituições, e que para fortalecer a competição das cooperativas no mundo globalizado esses princípios devem ser adaptados. Por outro lado, Schneider (2007) e Alves (2003) argumentam que a doutrina atual cooperativista traz mais vantagens do que desvantagens. Eles acreditam que os seus princípios podem levar a uma maior competitividade no cenário financeiro, por representar um diferencial, destacando que a relação entre a cooperativa e o cooperado deve ser maior do que o retorno econômico, que ela deve ser construída com base em confiança e valores (ALVES, 2003; SCHNEIDER, 2007 apud RIBEIRO, 2012).

Conflitos doutrinários como esses são recorrentes dentro do movimento cooperativista do Brasil e em outros países. Muitas dessas visões antagônicas são debatidas durante os Congressos da ACI e podem levar a alterações nos princípios mundiais do cooperativismo. Na sequência será feita uma análise mais detalhada do sétimo princípio cooperativista, objetivo principal deste estudo.

2.2 O SÉTIMO PRINCÍPIO DO COOPERATIVISMO – INTERESSE PELA COMUNIDADE

O Congresso da Aliança Cooperativa Internacional de 1992, em Tóquio, teve como principal tema o desenvolvimento sustentável e suas dificuldades de implantação. Neste Congresso foi assinada a Declaração do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável e construiu um relatório especial chamado “Cooperativas e Meio Ambiente”. Anos depois, em 1995, quando a Aliança realizou seu congresso centenário, a preocupação com o meio ambiente estava crescendo e alcançava níveis notáveis de conscientização por todo o mundo, (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020).

No Congresso de 1995, a ACI determinou que as cooperativas passassem a garantir em seu funcionamento institucional e nos seus programas educacionais uma prioridade às questões ambientais. Também nesse evento adotou-se formalmente um princípio inédito: “interesse pela comunidade”. Esse princípio acolhe com satisfação a preocupação do movimento cooperativo e o compromisso de trabalhar para alcançar o desenvolvimento social, econômico e ambiental sustentável que beneficia comunidade e membros de cooperativas (ACI, 2020).

Em 2002, em comemoração ao 80º Dia Internacional de Cooperativas, promovido pelas Nações Unidas, a ACI distribuiu uma mensagem convocando todos os seus membros a praticarem o sétimo princípio cooperativista, como pode ser observado abaixo:

[...] As sociedades em todo o mundo estão, cada vez mais se defrontando com o aumento do desemprego, com a degradação ambiental e com a necessidade de concentrar-se nas realidades e imperativos econômicos à custa dos valores humanos. As cooperativas [...] contribuem para divulgar muitos dos assuntos relevantes da sociedade, colocando em prática o mais novo dos setes princípios – a preocupação com a comunidade. As cooperativas têm especial responsabilidade de assegurar que o desenvolvimento de suas comunidades seja sustentável [...] (FILHO, 2002, p. 250).

Sobre este princípio, Schneider e Hendges (2006) afirmam que é incontestável que as cooperativas possuam como principal objetivo o benefício de seus sócios, já que elas existem em função deles. Os autores alegam que ao trabalhar em prol dos seus associados, as cooperativas acabam desenvolvendo um vínculo com as comunidades onde estão localizadas. Mas ao introduzir o sétimo princípio a ACI parece desejar que as cooperativas estabeleçam compromissos mais profundos com a busca de soluções para as necessidades das comunidades onde elas estão instaladas. O interesse pela comunidade pode se expressar em “gestos de solidariedade da cooperativa para com a comunidade, colaborando com iniciativas na solução do desemprego, da diminuição da violência, da corrupção, na superação da fome e desnutrição” (SCHNEIDER; HENDGES, 2006, p.37). Meinen e Port (2014) também defendem que as cooperativas, por estarem inseridas nas comunidades, têm o papel de conduzir o bem-estar das populações e desenvolvimento equilibrado dos espaços onde estão incluídos seus associados.

Como abordado anteriormente, os princípios caminham interligados e não podem ser pensados e exercitados de forma isolada. Desse modo, pode-se concluir que as iniciativas acima mencionadas devem ser construídas com apoio especial do quinto princípio cooperativo – educação, formação e informação. No Congresso da ACI de 1995, esta questão foi abordada de forma bem clara, ao defender que por meio da educação as cooperativas devem difundir e colocar em prática os princípios do cooperativismo, de modo que os sócios possam assumir objetivos futuros (BERTUOL; CANÇADO; SOUZA, 2012; SCHNEIDER; HENDGES, 2006).

Alves (2003) ressalta que pelo interesse pela comunidade as cooperativas devem se preocupar com a sociedade e com o ambiente, e que os próprios princípios do cooperativismo estão ligados de certa forma à responsabilidade social dessas organizações. Por outro lado, Bertuol, Cançado e Souza (2012), sustentam que há uma recorrente confusão entre o interesse pela comunidade e a responsabilidade social. São termos parecidos, mas com significados distintos. Na responsabilidade social praticada por uma entidade – privada, por exemplo – quem for beneficiado não precisa estar perto, ou pertencer a mesma comunidade onde ela está localizada. Em contrapartida, o sétimo princípio visa atender a comunidade na lógica do desenvolvimento sustentável, o que pressupõe olhar de forma ampla para os espaços sociais, econômicos e ambientais nos quais a cooperativa se insere, reafirmando assim os propósitos desta dissertação de se aliar a discussão do sétimo princípio com a abordagem territorial de desenvolvimento.

De acordo com Levi (2000, p. 130, tradução nossa), as cooperativas “parecem longe de tirar o melhor de seu potencial para corresponder ao proclamado valores de solidariedade e reciprocidade e os meios para alcançá-los”. O autor levanta a questão de que as cooperativas possuem ferramentas para se consolidar como instrumento de desenvolvimento na sociedade. Isso vale em especial para as cooperativas financeiras, que além de possuírem o desafio de enfrentar forte concorrência no mercado financeiro, lidam com relações sociais e atividades econômicas muito distintas e que se reflete em preocupações com o futuro das comunidades onde atuam (LEVI, 2000). Para combater o efeito do isomorfismo, levantado pelo autor, segundo o qual as cooperativas acabam atuando de forma semelhante a empresas privadas, uma cooperativa financeira deve dar cada vez mais valor à sua relação de proximidade com o cooperado. Ao se dedicarem na aplicação das orientações do sétimo princípio, as cooperativas acabam diferenciando-se de outras organizações que atuam no mercado financeiro.

No debate da aplicabilidade do sétimo princípio, Braga et al. (2002) comenta:

Uma dificuldade para a aplicação prática deste princípio é a crescente escassez de recursos para gerir estas ações, dada a tendência de diminuição de margens e sua conseqüente diminuição de resultados, o que não é referente apenas a organizações cooperativas. Este fato torna necessária uma grande criatividade e flexibilidade para encontrar soluções que unam recursos escassos e resultados satisfatórios e para isto é necessário vontade política (BRAGA et al., 2002, p.47).

A visão de que a cooperativa atua sempre numa lógica de escassez, nem sempre é verdadeira. Por suas características, de valorizar os recursos locais e potencializar suas ações em prol dos associados, de forma mais ampla, a cooperativa pode contar com suportes que vão além daqueles gerados em suas ações comerciais ou derivados dos ganhos advindos por sua participação no mercado. Essa linha orientadora reafirma que, embora não possa ser inviável economicamente, a cooperativa é uma organização que não visa o lucro.

Um exemplo prático dessa questão é o reaproveitamento de recursos financeiros locais pelo cooperativismo, e que pode trazer benefícios para toda a comunidade por meio do financiamento de projetos mais amplos, além da colaboração no estabelecimento de parcerias com governos para a aplicação de políticas públicas. Desse modo, as ações criadas pelas cooperativas financeiras podem beneficiar direta ou indiretamente a sociedade, num contínuo trabalho para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos dentro da região onde atuam (MEINEN; PORT, 2014).

Acredita-se que ao aprovar o sétimo princípio, a ACI almeja ampliar essa lógica da escassez, que orienta as empresas capitalistas, em geral. Ela afirma que as cooperativas têm um papel ativo nas regiões onde se localiza, que vai além de apenas manobrar seus recursos econômicos de forma eficiente. Para tanto, a cooperativa deve estimular seus cooperados não só a buscar melhorias para suas vidas, mas também torná-los agentes capazes de atuar no planejamento estratégico interno e externo – para além dos limites da própria organização –, partindo para soluções de problemas mais amplos da comunidade (DRUMOND, 2010).

Mas que outras ações podem representar avanços práticos na aplicação do sétimo princípio do cooperativismo? Drumond (2010) destaca 22 indicadores que demonstram a efetivação do princípio “interesse pela comunidade” numa cooperativa (ver Quadro 5).

Quadro 5: Indicadores que confirmam o interesse pela comunidade de uma cooperativa.

1. Realização de momentos de lazer com objetivo de integração dos cooperados e inserção de seus familiares no contexto cooperativista.
 2. Divulgação dos resultados diferenciados obtidos pelos cooperados, destacando a diferença entre pertencer a uma cooperativa ou a uma empresa comum.
 3. Contratação de pessoal que priorize candidatos que sejam membros da comunidade em que a cooperativa está inserida.
 4. Projeto de responsabilidade social.
 5. Publicação das ações sociais por meio de Balanço Social.
 6. Acompanhamento dos indicadores sociais e econômicos do município ou região no qual está inserida e mensura a sua participação relativa nestes números.
 7. Estabelecimento de registro e estudo sobre indicadores sociais que demonstrem as diferenças de desenvolvimento entre cooperados e não cooperados.
 8. Desenvolvimento de ações de inclusão social e geração de trabalho e renda na comunidade onde está localizada.
 9. Existência de critérios formalizados para apoiar instituições que prestam serviços sociais, como por exemplo, asilos e creches.
 10. Apoio às iniciativas da comunidade local para geração de trabalho e renda.
 11. Construção de política interna com vistas à conscientização sobre a importância da responsabilidade social.
 12. Estimulo à prática do voluntariado.
 13. Processo de coleta seletiva e reciclagem dos materiais utilizados em suas atividades.
 14. Envolvimento em campanhas de mobilização social tais como: Campanha do Agasalho, Campanha do Quilo, Carta do Papai Noel - Correios.
 15. Estabelecimento de parcerias regulares com outras instituições para estimular o desenvolvimento local.
 16. Priorização de fornecedores que desenvolvem práticas de responsabilidade social empresarial.
 17. Estabelecimento de um Conselho de Ética
-

-
18. Construção de um código formal de ética que seja amplamente divulgado para o seu quadro social.
 19. Estabelecimento de parcerias locais com objetivos de oferecer serviços ao seu quadro social como, por exemplo: escolas, academias, farmácias.
 20. Estabelecimento de programa de doações de seus produtos ou serviços.
 21. Estabelecimento de programa especial para adesão e ou contratação de funcionários portadores de necessidade especial.
 22. Inclusão de mulheres no conselho de administração e ou diretoria
-

Fonte: DRUMOND (2010), adaptado pela autora.

Percebe-se que várias sugestões de Drumond referem-se a ações de elaboração de estruturas de gestão internas, a exemplo dos itens 17 e 22. Outras defendem a construção de políticas internas que orientem a condução dos colaboradores e associados (itens 2, 5, 6, 7, 11 e 13) ou promovam o envolvimento da cooperativa no plano comunitário (itens 1, 3, 4, 8, 10 e 12). Sugere também ações de cunho social, baseadas em alianças e cooperação com entidades e movimentos da coletividade (itens 9, 14, 15 e 16). Muitas sugestões de Drumond significam uma aproximação com as demandas cotidianas das comunidades que vão além das questões econômicas. Como as ações dependem dos interesses dos próprios membros cooperados, cabem a eles deliberarem sob quais normas as gestões devem se pautar para cumprir essa orientação doutrinária (MEINEN; PORT, 2014).

Contudo, o quadro acima não estabelece uma hierarquia de ações, de modo a traçar um conjunto de prioridades, como forma de explicitar qual a missão da cooperativa com a transformação do local onde atua. Ou seja, de que maneira ela se preocupa com a comunidade e sob qual visão ela age estrategicamente a favor do seu desenvolvimento. Particularmente, o item 15 propõe que a cooperativa estabeleça parcerias e integre redes para conceber e executar projetos estratégicos de desenvolvimento nos locais onde atua. Essa orientação dificilmente será concretizada a partir dos “interesses” exclusivos dos associados. Trata-se de uma ação pró-ativa que visa beneficiar parcela da população não associada da cooperativa e que pode despertar, inclusive, resistência dos associados. Tem-se aqui um tema que mobiliza o sentimento corporativista de parcela dos cooperados, necessitando ser bem trabalhado e contornado por dirigentes e demais membros da cooperativa que defendem a importância do sétimo princípio e de seus desdobramentos em termos de desenvolvimento sustentável.

Para se avaliar como as ações em torno do sétimo princípio, o qual preconiza que “as cooperativas trabalham para o desenvolvimento sustentável das suas comunidades através de

políticas aprovadas pelos membros” (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL, 2020), podem ser colocadas em prática é importante levar em conta a trajetória histórica, os processos de governança que as cooperativas financeiras possuem para atuar nesse sentido. Como se verá a seguir, por suas características de atuação tanto em termos geográficos, quanto em termos sociais e econômicos, as cooperativas financeiras têm um grande potencial para atuar de acordo com os preceitos do desenvolvimento territorial sustentável, ou seja, o DTS representa um promissor caminho a ser integrado ao ideal de comunitário do cooperativismo.

3 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E COOPERATIVISMO: AVANÇOS E DESAFIOS DE UMA PARCERIA EM CONSTRUÇÃO

Na seção anterior observou-se que ao atender o sétimo princípio as cooperativas podem ser tornar promotoras importantes do desenvolvimento sustentável nas comunidades onde estão presentes.

A literatura sobre o desenvolvimento demonstra que este conceito não se confunde com o crescimento econômico e nem que esse tipo de crescimento representa uma etapa a ser alcançada para que, então, se possa voltar para o atendimento das demais dimensões da sustentabilidade. Ao contrário, ele correlaciona a qualidade das relações humanas com o ambiente natural e preconiza a necessidade de conciliar a evolução de valores, com a rejeição de processos que levam à violência contra a cultura de um povo (MONTIBELLER-FILHO, 1993).

Com o tempo, acrescentaram-se as perspectivas ambiental, cultural e social na concepção de desenvolvimento humano, porém, em muitos casos mantendo a premissa de que sem crescimento econômico não se pode conseguir o bem-estar social (MARTINS; PASSADOR, 2009). Essas modificações se deram a partir do momento em que as preocupações ambientais ganharam escala mundial e no âmbito do próprio conceito de desenvolvimento sustentável.

Em seu livro “Desenvolvimento Sustentável: o desafio para o século XXI”, José Eli da Veiga afirma que o conceito de desenvolvimento sustentável é uma ideia utópica para o século XXI, pois é muito delicado encontrar o equilíbrio entre uma economia mundial que busca o lucro absoluto – sobremaneira capitalista – com a humanidade, os recursos (renováveis) que ela gasta e as implicações de suas ações sobre o meio ambiente. O autor, porém, continua a defender a necessidade de encontrar um novo paradigma científico que possa substituir os paradigmas do “globalismo” (VEIGA, 2010).

Segundo Barbosa (2008, p. 2) o termo desenvolvimento sustentável “surgiu a partir de estudos da Organização das Nações Unidas sobre as mudanças climáticas, como uma resposta para a humanidade perante a crise social e ambiental pela qual o mundo passava a partir da segunda metade do século XX”. De acordo com a autora, no processo preparatório a Conferência das Nações Unidas – também chamada de “Rio 92” – foi elaborado o relatório

conhecido como “Nosso Futuro Comum”, no qual está exibida uma das definições mais difundidas do conceito: “o desenvolvimento sustentável é aquele que atende as necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, 1991, p. 46). A partir dessa formulação, o desenvolvimento sustentável representa uma resultante de interações indissociáveis do desenvolvimento social, econômico e da preservação ambiental. Barbosa (2008) assinala que o desenvolvimento sustentável surge, portanto, como resultado de um processo multidimensional, que se processa por meio de interações de parâmetros estabelecidos em torno das dimensões social, econômicas e ambiental (Figura 2).

Figura 2: Parâmetros do desenvolvimento sustentável.



Fonte: BARBOSA (2008).

Amartya Sen (1999), detentor do prêmio Nobel de Economia de 1998, defende uma visão que vai além das percepções que qualificam o termo desenvolvimento como sinônimo de crescimento do produto nacional bruto (PNB), aumento das rendas pessoais, industrialização, avanço tecnológico ou modernização social. O autor dá enfoque ao desenvolvimento como um processo de expansão das liberdades reais que as pessoas desfrutam. As escolhas e oportunidades das pessoas não podem ser limitadas pela privação de liberdade. O desenvolvimento deve relacionar-se com a melhoria da qualidade de vida e das liberdades dos indivíduos. De acordo com o autor, verifica-se que a liberdade é essencial para o processo de

desenvolvimento por duas razões: o aumento das liberdades das pessoas, ou seja, se essas pessoas expandiram a capacidade de viverem como desejam, e como determinante na iniciativa individual e na eficácia social.

Ao discutir a fórmula de Sen, Veiga (2010) constata que mesmo em um mundo demasiadamente globalizado ainda são negadas liberdades fundamentais a um grande contingente de pessoas. Essa ausência de liberdades pode estar diretamente relacionada com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar a fome, de obter uma alimentação saudável, de comprar um remédio, de vestir-se apropriadamente, de ter acesso a serviços de saneamento básico. O autor também assume que a privação de liberdades não está só interligada ao fator econômico, mas também que ela pode surgir nas dificuldades que algumas categorias encontram para participar da vida social e cultural da comunidade. Ainda de acordo com Veiga, “o processo de desenvolvimento pode expandir as capacidades humanas, expandindo as escolhas que as pessoas têm para viver vidas plenas e criativas” (VEIGA, 2010 p. 85). O autor conclui que as pessoas são agentes do processo e da mudança que elas provocam ao mesmo tempo em que são beneficiadas por esse desenvolvimento.

Para alcançar as comunidades onde vivem as pessoas, a formulação genérica de desenvolvimento sustentável precisa ganhar mais aderência e concretude na vida cotidiana. Conforme Sen (1999) desenvolvimento ocorre no local onde as ações dos indivíduos – aqui podendo ser denominadas “agentes” ou “pacientes”, dependendo de suas atitudes – são praticadas. Para o autor, indivíduos que recebem oportunidades adequadas podem delinear seus próprios destinos e se ajudarem mutuamente, conforme seus valores e objetivos. Segundo o autor, o local da vida e expressão das ações dos indivíduos (agentes), passa a ganhar um maior significado nos discursos em torno do desenvolvimento. Esse conceito foi assim esclarecido pelas autoras Martins e Passador (2009, p. 4): “A vida acontece no local e cada localidade tem uma forma diferente de manifestação de vida. Portanto, não cabem mais políticas impostas de “cima para baixo”, mas geradas a partir do local, com participação popular”.

A teoria de Veiga (2010) articula-se com o conceito de desenvolvimento de Amartya Sen quando esse se refere aos agentes como possuidores da liberdade de coordenação de seus próprios caminhos, ao mesmo tempo em que considera às necessidades das gerações atuais, sem prejudicar o espaço para as próximas fazerem o mesmo. Essa percepção de desenvolvimento contribui para a efetividade do sétimo princípio cooperativista, já que os

indivíduos são responsáveis pelos rumos de suas vidas, podendo se apoiar mutualmente, corroborando com a concepção de ação coletiva defendida pelo cooperativismo.

Especialmente a partir do final da década de 1980, cresce a preocupação de lideranças mundiais e científicas em encontrar formas eficientes para orientar e inspirar as práticas humanas numa direção mais sustentável. O primeiro grande evento que conseguiu mobilizar os dirigentes mundiais nessa direção foi a Conferência das Nações Unidas, evento que ocorreu em 1992, no Rio de Janeiro, e que tratou da relação entre meio ambiente e o desenvolvimento. Por meio da Agenda 21, documento aprovado no evento por 179 países, se estabeleceu uma série de compromissos a serem trabalhados até o final do século XX em relação à sustentabilidade. Este programa de ações não engloba só atitudes para a preservação do meio ambiente, mas sim ações que promovam o desenvolvimento sustentável e a responsabilidade social para com os atores envolvidos nas atividades e nos locais de atuação (BARBIERI, 2007).

Em 2000, outro evento global sobre o tema do desenvolvimento sustentável procura chamar atenção da comunidade mundial para os desafios a serem enfrentados pela humanidade no novo milênio. Dessa vez, na cidade de Nova York, a Cúpula do Milênio estabelece 8 temas que deveriam ser atacados para se avançar em relação ao desenvolvimento sustentável: pobreza, educação, saúde, desigualdade entre os gêneros, mortalidade infantil e materna, além de fatores ambientes (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007). Nessa Conferência se estabelecem 18 metas a serem cumpridas em torno dos 8 objetivos (ver Figura 3), com o intuito de medir e orientar ações para melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais em que se encontram pelo menos 50% da população mundial (CELENTANO; VERÍSSIMO, 2007).

Figura 3: Os objetivos de desenvolvimento do milênio (ODM).



Fonte: ODM Brasil (2021).

Ao longo dos anos seguintes, embora tenha recebido certa atenção em alguns espaços de decisão e por grupos sociais mais mobilizados, os objetivos da Cúpula do Milênio não foram tratados com a devida atenção pela maioria das nações, e por isso a grande maioria das metas estabelecidas em 2000 não foi alcançada. Nem mesmo a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável, realizada em 2012, no Rio de Janeiro (Rio + 20), conseguiu sensibilizar os governantes e a população mundial para a gravidade da situação, e sobre a necessidade de se chegar a acordos e protocolos de ação sobre o tema do desenvolvimento sustentável. Para que ganhasse efetividade, esses acordos precisam ser assumidos de fato por todos os países, mobilizando governos, organizações sociais, empresas e as populações de todos os continentes.

Passados uma década e meia, numa nova reunião dos líderes mundiais na sede das Organizações das Nações Unidas, em Nova York, é lançado um novo desafio para agenda global da sustentabilidade. Trata-se da Agenda 2030, pela qual são estabelecidos novos objetivos e novas metas do desenvolvimento sustentável:

Essa agenda configura-se como uma das estratégias delineadas em nível global para direcionar as ações da humanidade para o enfrentamento das problemáticas socioambientais geradas no contexto do desenvolvimento proposto pelo modo de produção capitalista e em virtude do crescimento populacional, perspectivando que as gerações atuais e futuras possam ter uma vida digna e sustentável (OLIVEIRA et al., 2021, p. 13).

A Agenda 2030 é composta por 17 objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) (Quadro 6) e 169 metas a serem atingidas até 2030. Para que essas metas sejam viáveis, nessa agenda são pautadas ações que devem ser operadas em múltiplos níveis (que vai de uma escala mundial até a local), envolvendo as três dimensões do desenvolvimento sustentável – econômico, social e ambiental – e mais o aspecto institucional, que é relativo às competências necessárias para se colocar em prática os ODS (ESTRATÉGIA ODS, 2021).

Quadro 6: Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1. Erradicar a pobreza em todas as formas e em todos os lugares;	10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles;
2. Erradicar a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável;	11. Tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e sustentáveis;

3. Garantir o acesso à saúde de qualidade e promover o bem-estar para todos, em todas as idades;	12. Garantir padrões de produção e consumo sustentáveis;
4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos;	13. Tomar medidas urgentes para combater as mudanças climáticas e os seus impactos;
5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas;	14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável;
6. Garantir a disponibilidade e a gestão sustentável da água potável e do saneamento para todos;	15. Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação dos solos e deter a perda de biodiversidade;
7. Garantir o acesso a fontes de energia fiáveis, sustentáveis e modernas para todo;	16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis,
8. Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos;	17. Reforçar os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.
9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação;	

Fonte: NAÇÕES UNIDAS BRASIL (2021), adaptado pela autora.

Para agir de forma coerente com seus princípios e valores, que sempre destacaram a preocupação que as cooperativas devem ter com o desenvolvimento coletivo, o movimento cooperativo possui responsabilidades inatas com a sustentabilidade. Sabe-se que a vocação das cooperativas em trabalhar em prol da sustentabilidade ficou ainda mais clara depois da aprovação do sétimo princípio¹⁸. Ou seja, o sétimo e a maioria dos demais princípios

¹⁸ Ressalte-se que a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável (Rio + 20), realizada em 2012 no Rio de Janeiro, já tinha reconhecido o papel potencial das organizações cooperativas em alcançar o desenvolvimento sustentável (OTI; ACI, 2021).

cooperativistas apresentam estreita relação com os ODS, como também ajudam a demonstrar o potencial institucional dessas organizações para o cumprimento da Agenda 2030.

Apesar dessa vocação natural do cooperativismo com o tema da sustentabilidade, no primeiro momento o movimento cooperativo não deu a devida atenção ao processo de definição e propagação dos ODS (OIT; ACI, 2021). Após se observar um período de certa indefinição quanto ao posicionamento do movimento cooperativo mundial em relação aos ODS, a ACI e a Organização Internacional do Trabalho (OIT), órgão ligado à ONU, resolveram organizar um documento elencando propostas e ações praticadas pelas cooperativas para estabelecer processos contínuos em direção aos ODS e fomentar suas metas. Tais proposições estão especificadas no Box 2.

Box 2: Cooperativas e Objetivos de Desenvolvimento: propostas sustentáveis.

- | |
|--|
| <p>I. Reduzir a pobreza: As cooperativas contribuem para reduzir a pobreza através de oportunidades econômicas orientadas para seus cooperados; democratização do crédito; capacitação do seu quadro social e defesa de seus interesses</p> <p>II. Igualdade de gênero: As cooperativas estão contribuindo para a igualdade de gênero aumentando as oportunidades femininas de participar em conselhos administrativos e de desenvolver lideranças.</p> <p>III. Educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida: As cooperativas favorecem o acesso à educação de qualidade e aprendizagem, fornecendo os meios necessários para financiar a educação, apoiando professores e escolas, criando seus próprios estabelecimentos de ensino para fornecer educação de qualidade para jovens e adultos e atuando como centros de aprendizagem.</p> <p>IV. A saúde: As cooperativas garantem vidas saudáveis através da criação de infraestruturas para o financiamento e prestação de serviços de saúde (cooperativas médicas)</p> <p>V. Segurança alimentar e boa nutrição: As cooperativas contribuem para a segurança alimentar ajudando pequenos produtores (agricultores, pescadores, silvicultores, etc.) na resolução de desafios que enfrentam em suas áreas na produção de alimentos.</p> <p>VI. Acesso a água e saneamento: As cooperativas se tornaram atores importantes em termos de facilitação ao acesso a serviços de água potável e saneamento, compensando as deficiências dos setores públicos e privados.</p> <p>VII. Energia sustentável: As cooperativas de energia estão contribuindo para alcançar os objetivos de energias sustentáveis: acesso à energia, eficiência energética e redução de emissões.</p> <p>VIII. Criação de emprego, meios de vida e crescimento igualitário: As cooperativas desempenham um papel importante na geração de empregos e na geração de renda.</p> <p>IX. Gestão sustentável de recursos naturais: As cooperativas contribuem de diferentes maneiras em gerenciar recursos de forma sustentável: evita o esgotamento de recursos naturais, promovem fóruns locais para as pessoas encontrarem soluções para as mudanças do meio ambiente, ajudam na definição das propriedade e direitos de uso, gestão de recursos naturais e diversificação de suas atividades econômicas com a adoção de empreendimentos ambientalmente corretos.</p> |
|--|

- X. **Governança:** As cooperativas são instrumentos de implementação de modelos democráticos de governança que ajudam nas transformações socioeconômicas. O desafio dessas instituições é na formulação de códigos de conduta para os conselhos administrativos cooperativos.
- XI. **Promoção de sociedades estáveis e pacíficas:** Em períodos após conflitos sociais violentos, as cooperativas se tornaram fontes de capital social positivo, fomentando um forte senso de comunidade, participando da capacitação e inclusão entre seus sócios e restaurando relações interpessoais e de paz.
- XII. **O ambiente global de apoio e recursos financeiros a longo prazo:** As cooperativas têm desempenhado um papel importante na criação de um ambiente global favorável, eliminando barreiras comerciais entre países por meio do comércio justo e outras formas de comércio alternativo, equilibrando as relações comerciais

Fonte: ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL (2021), adaptado pela autora.

Observa-se que organizações cooperativistas defendem que sua estrutura de governança, o modo de funcionamento e suas realizações são inerentemente coerentes com os ODS, contribuindo para o triplo resultado final de sustentabilidade social, econômica e ambiental. Além disso, as cooperativas já estão presentes em todas as áreas que os ODS se comprometeram.

Os responsáveis pelo documento acima também ressaltam que apesar de serem organizações habilitadas e essenciais para se alcançar o desenvolvimento sustentável, devido ao seu foco em seus atores e necessidades locais, nem sempre as cooperativas são proativas nos debates – nacionais e internacionais – sobre sustentabilidade (OIT; ACI 2021).

Confirma-se assim que a cooperativa também possui mecanismos próprios que podem agilizar a execução das metas dos ODS, devido ao seu alcance nos territórios onde atua e principalmente com seu envolvimento na sociedade, como caracteriza o sétimo princípio cooperativista (PNUD BRASIL, 2021). Para o assessor sênior do PNUD, Haroldo M. Filho:

As cooperativas são organizações que propiciam benefícios para a sociedade, sejam eles de ordem econômica, sejam de ordem social. E devido aos princípios e valores do cooperativismo, em especial o 7º Princípio – Interesse pela Comunidade, elas podem ser consideradas um instrumento de promoção do desenvolvimento local, uma vez que sua atuação, independentemente do segmento, contribui para o desenvolvimento econômico e social das comunidades, tornando-as parceiras e multiplicadoras naturais dos ODS e da Agenda 2030 (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL, 2021).

Sobre a participação do cooperativismo nas delineações dos ODS, Buttenbender et al. (2020), ressaltam que as prioridades acolhidas pelo cooperativismo tendem a circular em torno das garantias dos princípios cooperativistas, à governança, ao avanço sustentável do planeta e

às definições dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável as quais as cooperativas, por fundamento, são aptas em colocar em prática nos territórios onde operam. Para ilustrar, os autores registram o que foi discutido na 5ª Cúpula Cooperativa das Américas, evento realizado em 2018, na capital da Argentina, Buenos Aires, de onde saiu um documento ratificando três compromissos do cooperativismo perante os desafios globais da sustentabilidade: 1. Compromisso cooperativo pela defesa do planeta – agregar iniciativas de economia social e solidária para a construção de formas inovadoras de produzir e consumir que possuam a garantia da sustentabilidade ambiental, social e econômica. 2. Compromisso cooperativo de inclusão financeira e democratização – operações financeiras locais que se traduzam em desenvolvimento local sustentável, delineando uma cultura financeira de autonomias nacionais e que democratiza a governança do sistema financeiro internacional. 3. Compromisso com a integração cooperativa na “Aliança Mundial para o Desenvolvimento Sustentável” (ODS n. 17) – a ideia é que o movimento cooperativo, em conjunto com os demais atores da economia social e solidária, produza a cooperação internacional em projetos empreendedores do desenvolvimento sustentável que torne possível o cumprimento da Agenda 2030 (ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL PARA AS AMÉRICAS, 2018; BUTTENBENDER et al., 2020).

Uma das formas de ampliar a materialidade e fortalecer as relações de compromisso entre o cooperativismo e o desenvolvimento das comunidades é conectar o debate na ótica do desenvolvimento territorial sustentável.

3.1 A AÇÃO COOPERATIVA NUMA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

A literatura contemporânea tem mobilizado o conceito de território às ações de desenvolvimento promovidas por iniciativas de atores locais, que buscam a valorização de recursos de um dado espaço geográfico (CARRIÈRE; CAZELLA, 2006). As relações sociais são fundamentais na existência dos territórios. Nessa lógica, Abramovay (2010) reitera que um território não é constituído por delimitações físicas, mas sim definido pela forma como se produz, em seu interior, a interação social. “Os territórios são[...] resultantes de processos particulares de disputas, alianças e coordenação entre distintas categorias de atores sociais, os

quais assumem a identificação, a criação e a valorização de recursos latentes” (CAZELLA et al., 2020, p. 195).

Ainda sobre o conceito de território, os autores Dallabrida (2007; 2014) e Ribas et al. (2004) caracterizaram o território através das inter-relações dos atores sociais (econômicos ou institucionais), que atuam em um local – espaço historicamente construído – sustentados a partir de relações de poder de várias esferas (políticas, sociais, ambientais, econômicas, culturais ou religiosas), oriundas do Estado, de instituições ou indivíduos, grupos sociais ou corporativos. De acordo com Anjos et al. (2020, p. 92) “o conceito incorpora a ideia de território enquanto um espaço socialmente construído, em que o desenvolvimento deve ser pensado a partir de suas diferentes dimensões, tomando como referência as relações entre os seus diferentes”.

Em um território dado, compreendido como uma área geográfica administrativa, de implementação de política pública ou de atuação, por exemplo, de uma cooperativa, podem coexistir diferentes territórios construídos por ação de atores territoriais (BONNAL; CAZELLA; MALUF, 2008). Em outras palavras, observa-se que:

[...] num “território dado” tem-se, com maior ou menor grau de intensidade e eficiência, a intervenção de instituições e profissionais externos com o propósito de empreender operações de desenvolvimento em torno de problemas comuns ligados a grupos de atores locais (CAZELLA, 2006, p. 231).

A noção de DTS procura articular iniciativas territorializadas de atores sociais com os preceitos da sustentabilidade discutidos acima (item 3). O Desenvolvimento Territorial Sustentável admite que cada território, aqui caracterizado como a área de atuação da Cooperativa, percorre o seu próprio processo de correlação com seus atores sociais e movimentos internos distintos que resultam em ideais particulares de desenvolvimento (VIEIRA et al., 2010).

Contribuindo para esta concepção e observando os processos peculiares de articulação de atores sociais locais com o propósito de resolver problemas em comum, Cazella (2006) expressa que:

O desafio reside em compreender a complexidade do meio social onde ocorrem as ações de desenvolvimento, e como essas ações contribuem ou não para a edificação das bases estruturais de um cenário futuro desejado e coerente com os preceitos teóricos e éticos do desenvolvimento territorial sustentável (CAZELLA, 2006, p. 236).

Acredita-se que o sétimo princípio do cooperativismo equivale, ou tem uma forte interface, com as formulações sobre a noção do desenvolvimento territorial sustentável. A cooperativa é “um importante instrumento de transformação social não somente para os associados, mas, também, para os diferentes enclaves sociais em que as cooperativas estão inseridas” (HOCAYEN-DA-SILVA; SILVA, 2021, p. 95). Schneider (2015) também destaca a competência da cooperativa em ser um agente transformador para o território onde trabalha de maneira sustentável. Nesse sentido, uma cooperativa ou redes de cooperativas, num processo de intercooperação, podem cumprir um papel estratégico para se conceber e favorecer a execução de projetos estratégicos de desenvolvimento na ótica territorial, bem como auxiliar na estruturação e funcionamento de sistemas de governança territorial que promovam, segundo a formulação de Campagne e Pecqueur (2014), a interação de atores públicos, privados e associativos. Ou seja, as cooperativas possuem mecanismos que as permitem formar parcerias ou processos participativos com o objetivo de valorizar recursos territoriais específicos (CAZELLA, 2006).

Os recursos diversos oriundos de um território são componentes a serem explorados, pois são potencialmente capazes de se transformarem em elementos “em atividade” – ativos territoriais -, se assim permitirem os requisitos sociais, econômicos, políticos e culturais (CAZELLA et al., 2020). Entre as iniciativas que ganham destaque em converter recursos em ativos territoriais para benefício das comunidades locais está a “Cesta de Bens e Serviços Territoriais” (CBST). Uma CBST pode ser definida “como a articulação de ações mercantis e não-mercantis entre atores locais – públicos, privados e associativos – como propósito de criar uma oferta compósita ou heterogênea de atributos territoriais” (CAZELLA et al., 2020, p. 196). O referencial da CBST articula-se positivamente com a vocação das cooperativas e seu engajamento e interesse pela comunidade. A partir desse compromisso podem derivar-se iniciativas que levem ao fortalecimento de atributos (produtos e serviços de qualidade, paisagens, etc.) que norteiem um processo de DTS, tendo como base a valorização dos recursos territoriais (MILANO; CAZELLA, 2021).

Na continuidade desta dissertação são identificadas ações, cuja a natureza aponta como de interesse pela comunidade, praticadas pela Cooperativa Cresol Vale Europeu. Algumas dessas práticas, se estudadas com maior profundidade, podem vir a demonstrarem potencial para serem analisadas e debatidas como embriões de ativos territoriais.

4 AÇÕES CARACTERIZADAS COMO DE INTERESSE PELA COMUNIDADE DA CRESOL VALE EUROPEU¹⁹

Este capítulo apresenta e analisa os principais dados coletados na parte inicial da pesquisa. Retrata os resultados das visitas de campo, dedicando-se especialmente a abordar as entrevistas realizadas com os gestores, lideranças e colaboradores da Cooperativa Cresol Vale Europeu. Partindo do pressuposto de que as cooperativas indiretamente praticam os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, pois são inerentes a sua própria forma organizacional, observa-se também quais ações da Vale Europeu levantadas nesse estudo insere-se no reconhecimento dos ODS. As entrevistas exploraram principalmente os seguintes fundamentos do tema: quais são as ações práticas realizadas pela Cooperativa em relação à comunidade?; a quem se destinam essas práticas (o público)?; qual a percepção dos entrevistados sobre as mudanças na comunidade onde atuam que foram provenientes destas ações empreendidas?

A Cresol Valeu Europeu desenvolve diversas ações de natureza social, cuja perspectiva é a de cumprir com sua responsabilidade social para com a comunidade. As práticas realizadas pela Cooperativa incluem iniciativas voltadas para jovens estudantes de escolas públicas, direcionadas ao aprendizado financeiro e cooperativista, atendendo o ODS n.4. Este ODS possui a finalidade de garantir uma educação de qualidade e promover oportunidades de aprendizagem a todos. Esta ação também se insere na proposição III - Educação de qualidade e aprendizagem ao longo da vida, apresentada no documento produzido em parceria pela Organização Internacional do Trabalho e Aliança Cooperativa Internacional, onde é discutido o papel das cooperativas no alcance dos ODS (Box 2).

Além desse público, a Cresol Vale Europeu também atua em outras esferas da comunidade, com capacitações e cursos direcionados a um determinado assunto, efetuados em parceria com organizações como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar), Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), prefeituras e sindicatos, além da promoção e apoio a eventos e participação em campanhas sociais. Essas parcerias se enquadram no ODS n.17, pois reforçam

¹⁹ Parte dos resultados da pesquisa e das análises inseridas neste tópico já foram apresentadas no artigo SILVA, et al. Cooperativismo e interesse pela comunidade - o sétimo princípio cooperativista como promotor do desenvolvimento sustentado no cooperativismo de crédito – Cresol Vale Europeu, apresentado no 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (Sober), em 2020. A autora desta dissertação é coautora do referido artigo.

e implementam parcerias para o desenvolvimento sustentável, mesmo que essa referência não é clara para a Cooperativa estudada.

Ao usar como comparativo os indicativos de Drumond (2010), presentes no Quadro 5, os dados coletados pela pesquisa permitem observar algumas ações da Cooperativa Vale Europeu que retratam seu interesse pela comunidade. Um indicativo é o estímulo às práticas do voluntariado (atividade apontada no item 12 do referido quadro), principalmente com os colaboradores, que são incentivados a fazer parte de associações de bairro, em conselhos pastorais da igreja ou a ajudar na organização de festas e de outros eventos comunitários (ação de integração com a comunidade também apontada no item 1).

Outro indicativo se dá em relação às parcerias, na forma de convênios, que favorecem a oferta de serviços ao seu quadro social (item 19), tais como: academias, restaurantes e universidades particulares que concedem descontos em suas matrículas. Possui também um programa especial de contratação de funcionários portadores de necessidade especial (item 21). A Cooperativa se envolve ainda em campanhas de mobilização social (item 14), como campanha do agasalho, campanha de arrecadação de alimentos e arrecadação de brinquedos – no mínimo são cinco campanhas por ano que a Vale Europeu coordena e participa nesse sentido. A Organização também valoriza os fornecedores locais (item 16), para estimular os mercados da região, sendo que a maioria deles já faz parte do seu quadro social.

Na prática de ações de inclusão social e geração de trabalho e renda, outro indicativo apontado por Drumond, nota-se que a Cooperativa fornece cursos de aprimoramento voltados aos sócios e familiares, com o objetivo de qualificá-los para o mercado de trabalho (item 8). Essa prática reporta-se ao ODS n.8 – trabalho decente e crescimento econômico (SANTOS; TREZ, 2021) -, e a proposição VIII da OIT e ACI, a qual ressalta que as cooperativas desempenham um papel importante na geração de empregos e na geração de renda (OIT; ACI, 2021).

Entre esses cursos estão o de comunicação e oratória e de matemática financeira. Os cursos ocorrem por plataformas de educação à distância e fornecem certificados aos participantes. São realizadas ainda ações de incentivo, como palestras, reuniões e cursos, com que estimulam a participação social de mulheres e sua inclusão em direções das organizações comunitárias, e nos próprios conselhos diretivos da Cooperativa (item 22 dos indicativos de

Drumond). Essa ação voltada em aumentar a participação das mulheres na estrutura da Cresol reconhece o ODS n.5 e a proposição II (ver Box 2) sobre o fomento a igualdade de gênero.

A Cooperativa também se integra às campanhas educativas ligadas à saúde, como o Outubro Rosa e o Novembro Azul:

A gente tem o outubro rosa, que é um evento que fazemos em todas as agências. Tem o Novembro Azul, que fizemos em conjunto, de homens e mulheres, fizemos um teste que foi bacana, com apresentação [...]. Eu participei [...] do Novembro Azul, tinha entre nove a dezesseis homens (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

A Cresol Vale Europeu possui uma parceria com a Polícia Militar Ambiental de Santa Catarina. Realizado em escolas públicas das redes municipais onde a Cooperativa atua, o projeto Protetor Ambiental tem como público alvo estudantes do ensino fundamental. Durante o ano letivo eles recebem aulas semanais sobre educação ambiental e participam de ações comunitárias, como a distribuição de mudas de árvores à população. Em alguma medida esta ação também se identifica com a ODS n.17, fortalecendo parcerias para o desenvolvimento sustentável.

Para os entrevistados foi unânime a opinião que as ações realizadas pela Cooperativa atingem direta ou indiretamente toda a comunidade. Mesmo quando a prática é direcionada exclusivamente aos cooperados, por meio da rede de relacionamento destes mesmos sócios, os resultados das ações acabam se espalhando em seu entorno. Porém, nota-se que para uma parcela dos entrevistados, essas ações praticadas pela Cooperativa na comunidade têm que beneficiar os associados em primeiro lugar, já que eles são seus donos.

Em geral, a questão de eventos, quando a gente faz, faz para convidar os nossos cooperados, para que eles se sintam valorizados por pertencerem à Cooperativa. Pensar “a minha cooperativa está me dando isso de vantagem”. Então, quando a gente faz, é para os cooperados (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Por outro lado, há aqueles que adotam a perspectiva da Cooperativa abranger, com suas ações, o público em geral. Essa linha de atuação tem, como resultado final, um aumento de conhecimento, pela comunidade, das vantagens de se pertencer a uma cooperativa.

Se a gente quer desenvolver a parte social do município, tem que ser geral, não pode ser limitado. A única coisa que é limitada é a assembleia, só vota quem é sócio, mas também é aberto [à participação de não associados] (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Eu acho que é preciso fazer para o público em geral, não só para cooperados. Apesar de termos uma boa aderência no local onde estamos, tem muita gente que ainda não conhece e não está na Cresol. Através dessas ações eu acredito que a gente consegue chegar nesse público (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Todos os questionados nesta pesquisa apontaram que as ações da Cresol Vale Europeu transformaram positivamente a comunidade onde atua. Quando abordados se as mudanças promovidas pela Cooperativa são mais de natureza social ou mais econômica, a maioria respondeu que são mudanças de ordem social, como atestam os depoimentos que se sucedem:

Acho que é mais social. Por não se restringir à questão da instituição financeira. Se você olhar pelo lado da instituição financeira, por que a gente participaria de um evento como o Outubro Rosa? (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Social. No econômico eu não vejo que tem um impacto tão grande, até porque são todas ações sociais, não têm fins econômicos, lucrativos. Tanto a escolinha de futebol, associação dos idosos, nenhuma delas tem fins lucrativos, então são ações sociais, mesmo (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Para alguns entrevistados, as mudanças são tanto de caráter social como de financeiro (econômico). Seus argumentos são de que uma não caminha sem a outra. Além disso, existe um anseio interno dos dirigentes da Cooperativa de que ao se praticar uma ação, seja ou não um evento, os cooperados possam também fazer negócios entre si. Ou que a aprendizagem que os participantes adquirem nos cursos possa reverter-se também em ganho financeiro para eles.

Um dos parâmetros do desenvolvimento sustentável é a preservação e conservação ambiental, como já foi visto na literatura revisada. Sobre a existência de ações praticadas pela Cresol que identifique preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente, poucas medidas foram mencionadas pelos dirigentes e colaboradores entrevistados. Entre elas foram citadas a liberação de recursos para a implantação de energia solar fotovoltaica – ODS n.7 e proposição VII em relação as energias renováveis - e as orientações do técnico do ATER para a proteção das áreas de preservação permanente e o uso racional de agrotóxicos.

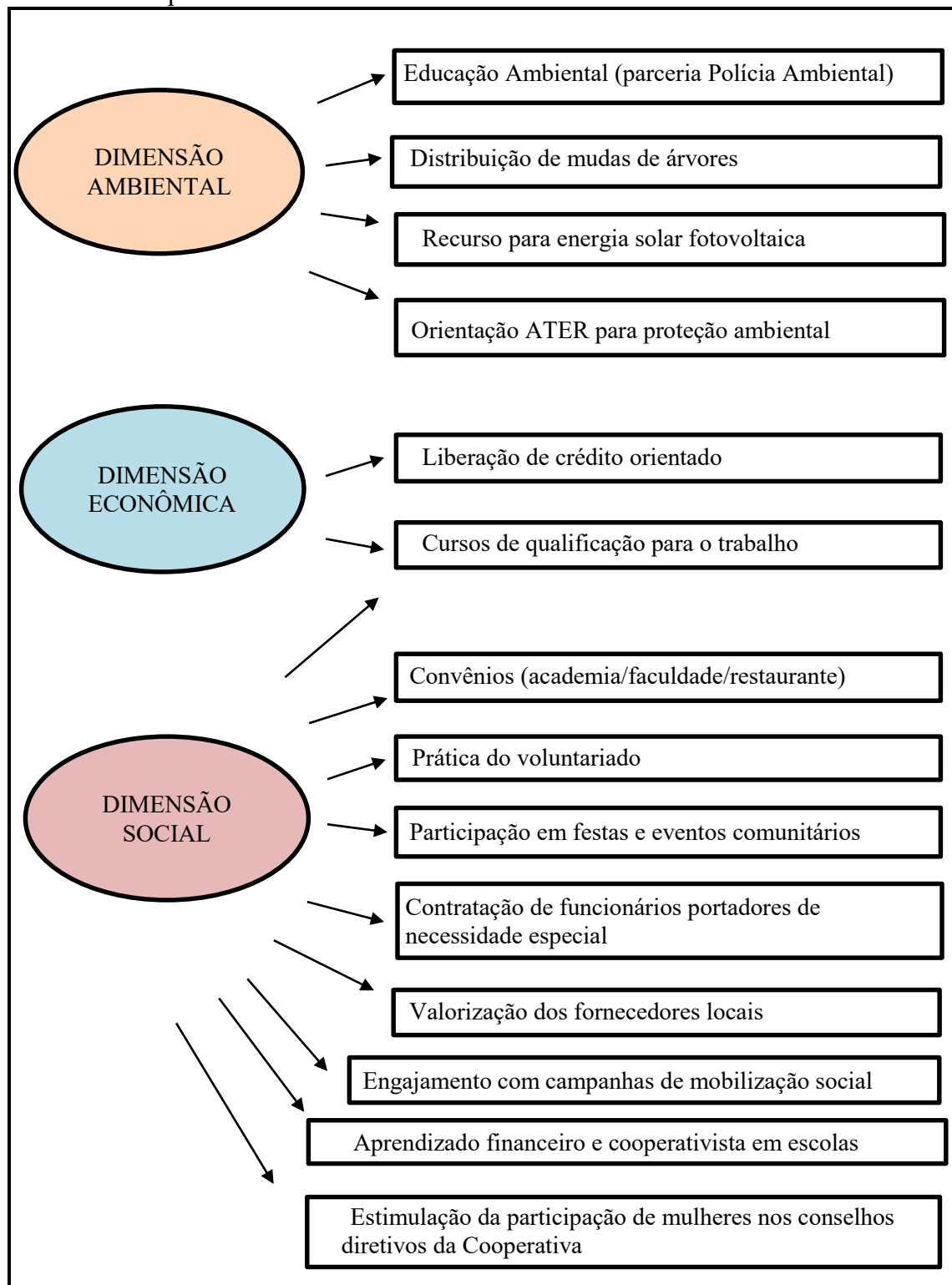
De certa forma, todo o crédito liberado vem num sentido de responsabilidade social. Por exemplo, não podemos liberar um financiamento para fazer um desmatamento. Por esse lado, toda a questão técnica tem uma responsabilidade socioambiental. Mas um programa específico para a proteção, não existe (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Essa prática relacionada à assistência técnica produzida pela Cooperativa torna possível aos seus cooperados “o desenvolvimento de competências necessárias as suas atividades laborais e para a promoção do desenvolvimento sustentável. Agindo assim, elas impulsionam o atendimento ao ODS 4” (OLIVEIRA, et al., 2021, p. 18). A disponibilidade da presença da ATER (Empreendedorismo rural) também contempla a ODS n.12 (produção e consumo sustentáveis), pois por meio dessa prática, igualmente inserida na proposição do documento da OIT/ACI, a Cooperativa contribui para a segurança alimentar ajudando pequenos produtores na geração de alimentos. Pode-se observar também que esta ação compreende a proposição da OIT e ACI que no item n. IX, gestão sustentável de recursos naturais, discrimina que as cooperativas contribuem para a diversificação das atividades econômicas da propriedade com a adoção de empreendimentos ambientalmente corretos (OIT; ACI, 2021).

A Cresol Vale Europeu, por sua identidade financeira, pratica o acesso dos seus cooperados a financiamentos com responsabilidade econômica. Grande parte do público da Cooperativa está situada em municípios de Santa Catarina com bons indicadores econômico, se comparados a outras regiões do Brasil. No entanto, sabe-se que essa situação não é homogênea e em alguns municípios a Cresol atende também direta e indiretamente comunidades e famílias de renda mais baixa, podendo assim coincidir com reconhecimento do ODS n.1 (erradicação da pobreza) e a proposição I da OIT/ACI (reduzir a pobreza), cujo discurso determina que “as cooperativas contribuem para reduzir a pobreza através de oportunidades econômicas orientadas para seus cooperados; democratização do crédito, capacitação do seu quadro social e defesa de seus interesses” (OIT; ACI, 2021).

Ainda sobre os parâmetros do desenvolvimento sustentável, suas três dimensões – ambiental, econômica e social – estão profundamente ligadas ao sétimo princípio, já que fazem parte da sua composição. Este trabalho não busca analisar em particular cada um desses aspectos, porém para melhor visualização das atividades levantadas durante a pesquisa, na figura a seguir mostra-se a pretensão de cada ação praticada pela Cooperativa (Figura 4):

Figura 4: Categorização das ações voltadas para o interesse pela comunidade da Cresol Vale Europeu de acordo com as dimensões do desenvolvimento sustentável.



Fonte: Elaborado pela autora.

As ações da Cooperativa levantadas pela pesquisa em relação ao sétimo princípio revelam-se pontuais e na sua maioria de natureza sócio assistencial. Embora importantes, essas práticas não se inserem em um projeto mais abrangente e transformador, nas linhas dos preceitos teóricos do desenvolvimento territorial sustentável. Orientações teóricas estas que, segundo Cazella e Búrigo (2009), retratam o cooperativismo como fonte de importantes avanços – grande número de atores locais envolvidos, volume de recurso mobilizados, área de atuação, credibilidade institucional, campo de interação com políticas públicas –, que são capazes de fomentar um desenvolvimento territorial sustentável.

No próximo item será abordado como o sétimo princípio é concebido pelos dirigentes e colaboradores, identificando lacunas e pontos chaves no discurso sobre o interesse pela comunidade em que a Cooperativa atua.

4.1 O INTERESSE PELA COMUNIDADE SOB A INTERPRETAÇÃO DOS DIRIGENTES E COLABORADORES DA COOPERATIVA CRESOL VALE EUROPEU

Depois de mapear as principais ações realizadas pela Cooperativa que possuem características voltadas ao interesse da comunidade, procurou-se aprofundar, em novas arguições e análises, a compreensão por parte dos entrevistados a respeito do sétimo princípio do cooperativismo. Ao perguntar aos dirigentes e colaboradores da Cresol Vale Europeu sobre se conheciam o sétimo princípio, obteve-se unanimidade na resposta afirmativa, mas na discussão a respeito do seu significado, as opiniões foram heterogêneas.

[A Cooperativa] não vê o cooperado como apenas um número. [...] nós trabalhamos inseridos na comunidade, realmente levando a missão da Cresol, que é o desenvolvimento da comunidade, entregar soluções financeiras [para os cooperados]. Realmente estamos fazendo uma assessoria financeira que acompanhe esse momento (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Ele é muito abrangente [o sétimo princípio], o interesse da cooperativa pela comunidade seria contratar pessoas do local onde está atuando, fazer negócios na região. [...] Mas esse princípio vai além disso, e inclui uma parte de responsabilidade social (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Quando perguntado sobre que outras ações que a Cooperativa poderia realizar sob a ótica do desenvolvimento sustentável nos territórios em que atua, as respostas indicaram que a grande maioria dos dirigentes e colaboradores não tem uma visão aprofundada sobre esse tema,

como se pode confirmar nesse depoimento: “já ouvi muito sobre esse termo [DTS], mas confesso que não conheço exatamente o significado. Tenho interesse, mas não tenho conhecimento para dizer se a Cooperativa está nesse processo ou não” (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Outro entrevistado sinalizou a complexidade do seu conhecimento sobre o tema do DTS: “é uma gama de coisas, desde a conscientização das empresas que estão inseridas no município até o município fazer um controle e disponibilizar essas ferramentas [infraestrutura] para a população. Essa é uma questão bem complexa” (COLABORADOR PARTICIPANTE).

Os entrevistados relataram também desconhecer se a Cresol Vale Europeu já tinha elaborado ou participado da concepção de algum plano de desenvolvimento para os territórios onde atua. Tem quem ache que esse papel, de elaborar um plano de desenvolvimento, caberia ao município e não a Cooperativa:

A Cresol é uma cooperativa de crédito, então o objetivo social dela é comprar e vender dinheiro, fomentar os negócios e movimentação financeira do município. Nesse ponto, ela está abrangendo todo o setor. Desenvolver alguma ação [plano], eu acho que vem mais do município (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Como se percebe, embora possa haver verbas para algumas iniciativas relacionadas ao desenvolvimento territorial sustentável, inexistente uma estratégia de planejamento elaborada para a Cooperativa atuar em sintonia com esses preceitos. Por exemplo, ações junto à juventude rural são cada vez mais necessárias para se reduzir o grave problema da sucessão familiar no campo. Os relatos demonstram que a Cooperativa está interessada em atuar junto ao público jovem, havendo inclusive mobilização de recursos financeiros para investir em processos educativos: “o dinheiro já vem destinado para fazer ações como, por exemplo, levar formação ao jovem agricultor em sua propriedade” (DIRIGENTE PARTICIPANTE). Para ampliar o alcance desses processos educativos com a juventude rural é importante contar com planos que permitam traçar cenários de médio e longo prazo a respeito do desenvolvimento dos territórios nos quais as famílias desses jovens já residem ou desejam se instalar. Esses planos podem traçar articulações institucionais e desenvolver projetos coletivos para estimular a juventude a permanecer no campo.

Por enquanto, o que se observa em termos de desenvolvimento territorial são iniciativas pontuais, com destaque para a parceria da Cooperativa com a Empresa de Pesquisa

Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri), com o objetivo de disponibilizar assistência técnica aos agricultores cooperados. A Cooperativa possui igualmente bom trânsito junto à Secretaria da Agricultura do Estado e tem a intenção de buscar apoio para estimular a expansão das unidades produtivas de referência em áreas de associados, que sirvam de modelo para o desenvolvimento, sobretudo, de municípios com características rurais com marcada presença da agricultura familiar.

Ao serem questionados se a Cresol Vale Europeu pode ser vista como um agente de desenvolvimento nos territórios onde estão presentes, os colaboradores e dirigentes responderam integralmente de forma positiva, pois em suas perspectivas, a Cooperativa possui um tratamento diferenciado para com as pessoas, principalmente com seus cooperados, sendo muito bem aceita nos municípios onde atuam.

A Cresol faz parte desse desenvolvimento [territorial], eu vi muitos produtores e empresas e muitas pessoas relatam que conseguiram adquirir, por exemplo, um trator, graças ao financiamento que fizeram na Cresol. Há pessoas com empresas que relatam que muitos lugares fecharam as portas para elas e a Cresol foi a única que acreditou no negócio. Então, a cooperativa desenvolve muito o local onde está (COLABORADOR PARTICIPANTE).

A perspectiva dos entrevistados sobre o futuro da Cooperativa é de crescimento (econômico e social), com mais pessoas impactadas, mas ao mesmo tempo, não perdendo o vínculo de proximidade e o tratamento diferencial proporcionado aos seus cooperados:

A Cresol ainda tem essa essência do cooperativismo, então temos que cuidar para não perder isso. Temos que ficar maiores, competitivos, ganhar em volume, mas não podemos perder aquele contato lá na ponta. Isso é algo que os próximos dirigentes vão ter que continuar fazendo (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Especificamente sobre a relação entre o sétimo princípio e o desenvolvimento territorial sustentável, os entrevistados demonstraram também não ter um conhecimento aprofundado e, portanto, pouco opinaram a respeito do possível papel da Cooperativa para atuar nessa direção.

Um ponto que chamou atenção e que poderia favorecer uma mudança nesse quadro desfavorável é o grau de articulação institucional que a Cooperativa demonstra possuir. De acordo com os dirigentes e colaboradores entrevistados, atualmente as parcerias da Cooperativa ocorrem tanto com agentes públicos quanto com organizações privadas e órgãos de fomento do cooperativismo:

[...]faço essa política com o Estado, governo, Fetaesc [Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Santa Catarina], Ocesc [Sindicato e Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina], na qual estamos nos filiando agora para conseguir acessar o SESCOOP [O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo] e trazer fundos (DIRIGENTE PARTICIPANTE).

Certamente, todos esses laços institucionais podem colaborar para que a Cooperativa aprimore ações em torno do sétimo princípio e avance na concepção de iniciativas sob a ótica do DTS.

4.2 O OLHAR DOS COOPERADOS PARA O SÉTIMO PRINCÍPIO COOPERATIVISTA

Esta seção debate, a partir das percepções dos cooperados da Cresol Vale Europeu sobre o conhecimento do sétimo princípio cooperativista, a participação efetiva em ações promovidas pela Cooperativa e das mudanças ocorridas nas localidades como resultado da presença da Cresol.

Uma das principais razões que motivaram os entrevistados a se associarem a Cooperativa Cresol foi o aspecto financeiro, ou seja, a democratização do crédito, principalmente para o meio rural. Outro motivo que relatam é o relacionamento e os benefícios que a instituição oferece:

Os benefícios que ela oferece, porque é uma Cooperativa, ou seja, ela é nossa. Isso nos incentiva a vir para cá, não é como um outro Banco. É muito bom porque tudo é passado para nós nas assembleias, sobre os ganhos, o que aconteceu na Cooperativa durante o ano, as sobras. Outro ponto é o atendimento, que é muito diferente e faz você se sentir em casa. Você é chamado pelo nome, há uma conversa com as pessoas, tiram todas as suas dúvidas. Tudo isso nos motivou bastante a trabalhar com a Cooperativa (COOPERADO PARTICIPANTE).

Foi tudo facilitado [financiamento], havia uma harmonia, uma simplicidade na forma como a Cresol tratava o cliente, que na época era basicamente o agricultor [...]. Sinceramente, o banco pensa muito no lucro, e só exige de você. Já a Cresol olha para você, sua necessidade, e até que ponto pode te ajudar (COOPERADO PARTICIPANTE).

Por parte dos sócios da Cooperativa, nem todos os entrevistados conheciam o sétimo princípio. Os que ouviram falar do interesse pela comunidade foram aqueles que já fizeram alguma atividade relacionada à educação cooperativista, principalmente os que participaram do

curso de agente comunitário²⁰. O que demonstra a necessidade da Cooperativa em investir mais na área educacional, disseminando o aprendizado dos princípios cooperativistas.

Mesmo não possuindo uma clara visão do significado do sétimo princípio, a parcela de sócios que já ouviu algo sobre o assunto, acha que é muito importante a Cooperativa trabalhar o município onde está inserida e promover o desenvolvimento da região, já que a Cresol surgiu pela demanda de atender uma necessidade – acesso ao crédito - de uma comunidade local.

Os cooperados entrevistados, em sua totalidade, já participaram de ações promovidas pela Vale Europeu em suas regiões. Ou mesmo possuem um filho/filha que também é/foi ativo (a) em programas voltados a educação cooperativista e financeira realizados pela Cresol. Todos descrevem as experiências como positivas, de ganho pessoal e comunitário. “Minha filha adorou participar [ação educativa denominada “Um olhar para o Futuro”], tinha muita interação e alguns jogos cooperativistas bem legal, outras crianças que eu conheço na comunidade também gostaram bastante” (COOPERADO PARTICIPANTE).

Eu participei da ATER, que também foi feita em várias outras propriedades, com o auxílio de um agrônomo [...]. A Cresol faz essa parceria com um agrônomo, para oferecer assistência ao agricultor e explicar como fazer, o porquê de fazer, a forma certa de manejo, como administrar corretamente a propriedade. [...] E aí, com uma boa conversa, consegue mostrar para o agricultor que agindo de certa maneira, fazendo tal coisa, ele vai para a frente. Dá muito gosto de ver (COOPERADO PARTICIPANTE).

Da mesma forma que os dirigentes e colaboradores, os sócios consideram que as ações da Cooperativa voltadas à comunidade promoveram o desenvolvimento local e ocorreram a partir de ações participativas. Eles ressaltam que antes dessas ações serem realizadas, os sócios foram ouvidos sobre quais atividades a Cooperativa deveria promover em suas localidades para melhorar o meio em que vivem. A respeito de ser consultado sobre quais ações deveriam ser promovidas, um cooperado respondeu: “dou opinião e faço as pessoas pensarem, [...] e assim possamos ter uma discussão mais madura sobre esses programas (assistência técnica – ATER, educação nas escolas – Um Olhar para o Futuro), sobre dar uma continuidade e melhorar” (COOPERADO PARTICIPANTE).

²⁰ Ação educativa aplicada pelo Sistema Cresol que tem o objetivo ser um elo entre a comunidade e a cooperativa. Ele ajuda os associados a refletirem sobre o futuro do cooperativismo nas comunidades, formando lideranças para atuar nas diretorias das cooperativas (PEREZ et al., 2021).

A maioria dos sócios argumentou que a mudança mais significativa que a Cresol Vale Europeu promoveu nas comunidades foi facilitar o acesso ao crédito e estimular que o seu uso fosse realizado de maneira racional. Com isso muitos moradores, especialmente os que vivem no meio rural dos municípios, puderam reformar suas residências e investir em seus cultivos e criações, sem assumirem dívidas excessivas. É principalmente nesse sentido que todos os entrevistados consideram a Cooperativa Vale Europeu como um agente de desenvolvimento dos territórios onde está presente. “Ela mostrou que poderia trazer melhorias, que não seria só uma conta a ser paga junto a um monte de juros que depois iriam quebrar as pessoas. Então, a Cresol conquistou a confiança do agricultor e mostrou que aquilo seria bom para ele” (COOPERADO PARTICIPANTE).

Outro ponto destacado foi que nos últimos anos, a Cooperativa passou a estimular a filiação de pessoas jurídicas em seu quadro social. A medida permite a dotação de mais recursos de investimentos para pequenas agroindústrias e outros empreendimentos ligados ao beneficiamento, transformação e comercialização de produtos locais, gerando assim novos postos de trabalho no meio rural. A criação de novas formas de ocupação da mão de obra associada à modernização das atividades agrícolas e a expansão de atividades não agrícolas (como o agroturismo) ajuda a reduzir a penosidade do trabalho, o que atrai os jovens e gera oportunidades para as famílias agricultoras continuarem vivendo em seus territórios, diminuindo o êxodo rural.

Os filhos cresciam, estudavam ou às vezes nem terminavam os estudos aqui, iam para fora fazer o ensino médio e já ficavam trabalhando por lá. [...]. Enfim, o pessoal foi se espalhando, na minha geração já era assim, mas ali começou a se tornar um pouco diferente (COOPERADO PARTICIPANTE).

Acho que essa forma da Cresol de estar próxima e conhecer seu cooperado, além de trazer o crédito, foi um caminho para mostrar que isso funciona, que pode melhorar a vida dessas pessoas. Ela mostrou que poderia trazer melhorias (COOPERADO PARTICIPANTE).

Ao imaginar o futuro da Cooperativa da qual são sócios, alguns revelaram um temor em relação ao crescimento da organização, de serem preteridos quanto a presença de outros novos cooperados, com maior poder econômico – já que a Cresol foi formada originalmente por agricultores familiares. Existe a preocupação de que a Cooperativa modifique o modo do seu relacionamento com o cooperado:

Eu acho que ela vai se distanciar um pouco. Antes era muito focado na agricultura, hoje já atende outras áreas [...]. Mas se distancia um pouco, antes a gente conhecia mais as pessoas que estão ali, o presidente estava no meio do povo. Penso que talvez mude um pouco a confiança do povo porque ele não vai mais ter aquele contato direto com as pessoas de dentro, que mostravam que as coisas estavam ali, presentes (COOPERADO PARTICIPANTE).

Por outro lado, a também os sócios que veem o crescimento da Cresol no futuro como uma situação favorável: “Que ela cresça e desenvolva cada vez mais técnicas para que a gente possa crescer junto. Quanto mais ela cresce, quanto mais pessoas se associam, se torna mais fácil de fazer financiamentos” (COOPERADO PARTICIPANTE).

A visão do quadro social (cooperados, dirigentes e colaboradores), mesmo sendo muito importante, não deve ser a única a ser levada em consideração para se saber se a Cooperativa é ou está no caminho para se tornar um agente de desenvolvimento sustentável no território onde trabalha. Por se tratar de um tema que extrapola o interior da organização essa questão deve levar em conta também a posição de atores externos que conhecem a organização e convivem com ela no mesmo espaço territorial.

4.3 COMO OS ATORES EXTERNOS OBSERVAM A COOPERATIVA

Neste segmento do estudo tem-se a proposta de investigar a relação da Cresol Vale Europeu com as regiões onde estão inseridas através dos olhos de atores externos (agentes locais ligados ao tema do cooperativismo).

A consulta realizada junto a atores externos presentes nas áreas de atuação da Vale Europeu, permitiu compreender melhor a visão de membros da comunidade a respeito da atuação da Cooperativa. A maioria deles ratifica a opinião dos próprios membros da Cresol, qual seja, que se trata de uma organização que tem como objetivo principal oferecer apoio financeiro ao agricultor.

[...] na questão do crédito, que é um fomento muito grande para a agricultura, e a Cresol tem essa pulverização do crédito porque ela consegue chegar em locais onde outros Bancos não chegariam e mantém uma relação de proximidade com o cooperado (TÉCNICO LOCAL PARTICIPANTE).

De acordo com os agentes externos, a Cresol atua como parceira de outras organizações que operam na região, principalmente com prefeituras, Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), Epagri e Cidasc. Mas, na sua maioria são parcerias que tem entre seus objetivos a divulgação

da organização e de seus produtos: “nós temos alguns eventos em que eles [Cresol] ajudam, como seminários, reuniões, a própria Feira Agropecuária. Como a Cresol é uma empresa estruturada, está voltada para suas próprias metas” (TÉCNICO LOCAL PARTICIPANTE).

Sobre se a Cresol Vale Europeu produziu ou participou na elaboração de projetos ou políticas de planejamento do desenvolvimento dos diferentes territórios onde ela atua, os entrevistados responderam não terem conhecimento. Apenas um ator externo manifestou saber da existência de um plano de desenvolvimento regional, o qual foi elaborado em parceria entre uma prefeitura municipal e o Sebrae, e que previa contar com a parceria da Cresol na sua execução. Porém, o depoente indicou que esse plano nunca saiu do papel e não foi executado.

Por outro lado, muitos acreditam que a Vale Europeu deveria colaborar mais para qualificar as atividades produtivas existentes nos territórios. Na opinião desses atores, para melhorar o seu trabalho e fortalecer sua presença local como uma organização cooperativa, a Cresol deveria investir mais na contratação de profissionais que possam prestar assistência técnica no meio rural. Uma medida nesse sentido é a ampliação da ação educativa “Empreendedorismo Rural”, por vezes também chamada internamente de ATER, que já é desenvolvida pela Cooperativa e apresenta resultados promissores:

Seria dispendioso, mas sem dúvidas traria um retorno muito positivo para a Cooperativa, já que tanto as instituições públicas quanto privadas como Cidasc [Companhia Integrada de Desenvolvimento Agrícola de Santa Catarina], Epagri e agropecuárias não conseguem atender à demanda de forma compatível à necessidade do produtor (TÉCNICO LOCAL PARTICIPANTE).

Na visão desses atores locais, a Cooperativa Cresol Vale Europeu possui todas as qualidades e ferramentas para ser um agente de desenvolvimento no território onde abrange suas atividades.

Essa visão dos atores externos e atores internos da Cooperativa, combinada com as análises geradas pela autora durante a pesquisa, possibilitaram a construção de algumas sugestões para fortalecer as ações da Cooperativa no desenvolvimento sustentável dos territórios onde atua. Estas sugestões estão inseridas nas considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A atuação das cooperativas na esfera socioambiental ganhou maior destaque com a inclusão, em 1995, do sétimo princípio cooperativista, que ressalta o interesse pela comunidade na ótica do desenvolvimento sustentável. Esse princípio manifesta a necessidade das cooperativas ampliarem seus olhares sobre suas atribuições dentro dos territórios onde estão inseridas, não se limitando aos benefícios diretos restritos ao quadro social. A preocupação com os temas da sustentabilidade ganha amplitude com o surgimento dos ODS e das novas abordagens que ressaltam que as iniciativas de desenvolvimento devem ter como foco o local, ou seja, os territórios onde as cooperativas estão inseridas. Esse novo arcabouço institucional e teórico dos preceitos do desenvolvimento representam uma base motivadora e um ponto de apoio para a cooperativa redirecionar seu interesse pela comunidade. Dito de outro modo, induz a cooperativa e o movimento cooperativo a atuar de forma mais estratégica em relação ao princípio mais recente do cooperativismo.

Por meio da abordagem do desenvolvimento territorial sustentável se pode observar a aplicabilidade prática de toda a ação da cooperativa. Parte-se do pressuposto que as ações em torno do sétimo princípio forem bem planejadas pela cooperativa, há possibilidade de valorizar ainda mais os demais princípios cooperativistas e a cultura cooperativista na comunidade. Além de fortalecer o desenvolvimento sustentável de um território, esse caminho ajuda a salvaguardar os preceitos que diferenciam uma cooperativa de uma empresa privada.

De forma geral, pode-se afirmar que a Cooperativa Vale Europeu cumpre seu papel como uma prestadora de serviços financeiros de proximidade, em relação ao sétimo princípio, uma vez que promove algumas ações de apoio – principalmente de natureza socioeducativa – nos territórios de atuação. Além disso, a atuação da Cresol Vale Europeu junto às comunidades é reflexo do grau de entendimento que seus membros detêm atualmente sobre o sétimo princípio e sua finalidade. Essa visão se reflete também na forma como o debate e ações em torno do ODS e do desenvolvimento territorial sustentável, que dá sustentação ao sétimo princípio, transcorrem no cotidiano da Organização.

As entrevistas que abordaram a questão da dimensão territorial do desenvolvimento sustentável permitiram constatar que a Cooperativa não possui um discurso alinhado no que se refere ao tema, talvez por conta do grau de desconhecimento a respeito do assunto em termos

conceituais. Em parte, as ações práticas e pontuais já realizadas apontam disposição institucional para a temática, mas falta compreensão maior sobre a importância de tais ações estarem articuladas dentro de um processo de planejamento e de concepção de um sistema de governança do desenvolvimento territorial sustentável mais formalizado e audacioso. Considerando seu histórico organizacional e seu nível de articulação institucional, pode-se afirmar que a Cooperativa possui legitimidade sociopolítica junto à sua base social e perante outras organizações dos territórios para levar adiante essa missão, o que permitiria configurar a Vale Europeu como uma cooperativa territorial. Apostar nesse caminho para se obter um impacto nos processos de desenvolvimento sustentável da comunidade, compreendida aqui como sinônimo de território, depende, portanto, do interesse da Cooperativa e da sua habilidade para reforçar as parcerias com outras organizações nessa direção, como as já citadas nesta dissertação. Para tanto, é vital ampliar os processos educacionais a respeito dos preceitos do ODS e do DTS e sobre a importância da Cooperativa atuar como agente protagonista desses processos, pois esses temas não são ainda bem compreendidos por esses atores.

Em suma, as ações da Cooperativa levantadas neste trabalho em relação ao interesse pela comunidade revelam-se importantes, mas ainda incipientes, em especial quando pensadas nas diferentes dimensões e abordagens que o tema do desenvolvimento sustentável implica na atualidade e alcance efeitos de cunho transformador.

Em outros termos, a vinculação do sétimo princípio ao enfoque do DTS representa um desafio transformador, no sentido do movimento cooperativo ampliar suas parcerias para fora do próprio movimento e do círculo dos seus associados. Trata-se de construir, de forma cooperada, para além das esferas do cooperativismo de ações estratégicas de desenvolvimento territorial sustentável. Essa ação estratégica representa o elo a ser construído para que esse princípio ganhe plenitude e não se limite a ações, na maioria das vezes, protocolares e pontuais.

Tendo em conta os preceitos teóricos do desenvolvimento territorial sustentável, pode-se concluir que tais ações não estabelecem um diálogo suficientemente integrado com outras organizações – órgãos estaduais de planejamento e de assistência técnica, prefeituras, ONGs, redes de agroindústrias familiares, feirantes, grupos de produtores agroecológicos, etc. – que possa representar o embrião para a construção de uma estratégia mais consistente de atuação nesse sentido. Um bom exemplo de estratégia DTS que poderia ser implantada é o da CBST, já levantada nesse estudo, nos territórios atendidos pela Cooperativa, aproveitando o

compromisso que a Organização mostra para com seus cooperados e com as comunidades locais. Um trabalho mais profundo poderia apontar produtos que norteiam o processo de DTS - serviços de qualidade, paisagens, demandas – que possam prestigiar os recursos territoriais.

Sabe-se que em muitos territórios ainda não há uma articulação entre as forças sociais e econômicas, da sociedade civil e do poder público, capaz de elaborar um plano de desenvolvimento. Mas a Cooperativa, por sua legitimidade social e estrutura pode atuar para criar iniciativas nesse sentido ou fortalecer a coordenação das ações já existentes em termos social, econômico e ambiental, proporcionando melhorias substanciais na qualidade de vida das comunidades atendidas. Embora exista um arco de parcerias e certa abertura interna dos dirigentes para que a Cooperativa trabalhe e mobilize recursos para ações ligadas ao sétimo princípio, percebe-se a necessidade de aprofundar o trabalho de sensibilização e de natureza educativa, de modo que os membros internos e os atores externos ligados à Organização ampliem seu entendimento sobre o sétimo princípio e suas conexões com o ODS e o DTS, e despertem para a importância da Cooperativa estruturar ações junto à comunidade tendo como referência essas premissas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÈRE, J-P (orgs.). **Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil**. Subsídios para uma política de fomento. Florianópolis: APED/Secco, p.27-47. 2010.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Identidad cooperativa: nuestros principios y valores**. 2020. Disponível em <<https://www.ica.coop/es/cooperativas/identidad-alianza-cooperativa-internacional>>. Acesso: 31 mar. 2020.

ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL – AMÉRICAS. **Declaración final V Cumbre Cooperativa de las Américas: el cooperativismo en la hora de los desafíos globales**. Buenos Aires, 2018. Disponível em: <<http://www.aciamericas.coop/IMG/pdf/declaracionvcumbre.pdf>>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

ALVES, A. G. M. P. **As cooperativas agropecuárias e o BRDE: histórico, situação atual e perspectivas**. Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul, Porto Alegre, 2003.

ANJOS, E. G. dos et al. Reflexos do cooperativismo da agricultura familiar no desenvolvimento territorial na Bahia. **Revista de Gestão e Organizações Cooperativas**, v. 7, n. 14, p. 89–101, 2020.

BARBOSA, Gisele Silva. O desafio do desenvolvimento sustentável. **Revista Visões**, Macaé, 4ª ed., v. 1, n. 4, jan. / jun. 2008.

BARBIERI, José Carlos. **Gestão ambiental empresarial: conceitos, modelos e instrumentos**. São Paulo: Saraiva, 2 ed., 2007.

BERTUOL, R.; CANÇADO, A. C.; SOUZA, M. F. A. A prática dos princípios cooperativistas: um estudo de caso no Tocantins. **Organizações e Sustentabilidade**, Amazônia, v.1, n. 2, p. 07-18, ago./dez. 2012.

BIALOSKORSKI NETO, S.; BALIEIRO, C. F. Capital social e cooperativas na agricultura do Estado de São Paulo: um ensaio analítico. **Texto para Discussão**. Ribeirão Preto: Comissão de Pesquisa e Publicações da FEA-RP/USP, 2000.

BIALOSKORSKI, N. S. **Aspectos Econômicos das Cooperativas**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2006.

BONNAL, P.; CAZELLA, A. A.; MALUF, R. Multifuncionalidade da agricultura e desenvolvimento territorial: avanços e desafios para a conjunção de enfoques. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 16, nº 2, 2008.

BRAGA, M. J.; PEREIRA, J. R.; CANÇADO, A. C., VIEIRA, N. S.; CARVALHO, D. M.; CETTO, V. M.; RIGO, A. S. **Tirando a máscara: princípios cooperativistas e autenticidade das cooperativas**. Viçosa, UFV, 2002 (Relatório Final de Pesquisa, CNPq).

BÚRIGO, F. L. **Finanças e solidariedade: o cooperativismo de crédito rural solidário no Brasil**. Estudos sociedade e agricultura, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, p. 321:349, 2006.

BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A.A.; CAPELLESSO, A.J. **Cooperativa de crédito: cartilha do cooperativismo de crédito rural para pescadores artesanais, aquicultores e agricultores familiares**. Florianópolis: UFSC/CCA/LEMATE, 2010. 24 p.: il., tabs.

BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (orgs). **Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021.

BUTTENBENDER, P. L. et al. O cooperativismo e suas prioridades internacionais e nacionais nas perspectivas do seu fortalecimento e dos ODS. **Revista Estratégia e Desenvolvimento – RED**, v. 04, n. 01, UNIPAMPA, 2020.

CAMPAGNE, P.; PECQUEUR, B. **Le développement territorial: une réponse émergente à la mondialisation**. Paris, Ed. Charles Léopold Mayer, 2014.

CARRIÈRE, J. P.; CAZELLA, A. A. Abordagem introdutória ao conceito de desenvolvimento territorial. Florianópolis, **Eisforia**, v.4, p. 23-48, 2006.

CAZELLA, A. A. Contribuições metodológicas da sócio-antropologia para o desenvolvimento territorial sustentável. **Eisforia**, v. 4, n. 4, p. 225-247. 2006.

CAZELLA, A. A.; BÚRIGO, F. Inclusão financeira e desenvolvimento rural: a importância das organizações territoriais. **Política & Sociedade**, v. 8, p. 301-331, 2009.

CAZELLA, A. A.; et al. O enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: seus fundamentos teóricos e aplicação no Brasil. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Rural**, São Paulo - v. 16, n. 3, p. 193-206, set-dez/2020.

CELENTANO, D.; VERÍSSIMO, A. A Amazônia e os Objetivos do Milênio. **Imazon**, Belém, 2007.

CENTRAL CRESOL BASER. **Relatórios de sustentabilidade 2020**. Disponível em: <<https://www.cresol.com.br/site/relatorios/>>. Acesso: 01 de jun. de 2021.

COIMBRA, M. de N. C. T.; MARTINS, A. M. de O. O estudo de caso como abordagem metodológica no ensino superior. **Nuances: estudos sobre Educação**, v. 24, n. 3, p. 31-46, 2013.

COLONIESE, C.; LOURENCI, A.; RODRIGUES, L.M.S. Sistema Cresol, uma família que cresce com você. In: VOLLES, A.; COLONIESE, C.; MITTELMANN, C.C.; CINTRA, T.C.A. (Orgs). **Ensaio sobre o cooperativismo solidário**. Francisco Beltrão: INFOCOS, 2010.

COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. **Nosso futuro comum**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, ed. 2, 1991.

COOPERATIVA DE CRÉDITO COM INTERAÇÃO SOLIDÁRIA - CRESOL. **Relatório de sustentabilidade 2020**. Cresol Vale Europeu, 2020. Disponível em: <https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2021/02/DIGITAL-Cresol_Relatorios_AGO_Vale_Europeu.pdf>. Acesso em 01 de junho de 2021.

CRESOL CONFEDERAÇÃO. **Encontre a Cresol mais próxima de você**. Disponível em <<https://www.cresol.coop.br/localizar-agencia/>>. Acesso: 12 julho de 2021.

CRESOL CONFEDERAÇÃO, 2020. **Relatório de sustentabilidade**. Disponível em: <https://cresol.com.br/wp-content/uploads/2021/05/Relat%C3%B3rio-de-Sustentabilidade-2020.pdf>, acessado em 08 de agosto de 2021.

DALLABRIDA, V. R. A gestão territorial através do diálogo e da participação. Scripta Nova. **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. XI, núm. 245 (20), 2007.

DALLABRIDA, V. R. (org.). **Desenvolvimento Territorial: políticas públicas brasileiras, experiências internacionais e a Indicação Geográfica como referência**. São Paulo: Editora LiberArs, 2014.

DELFINO, A. L.; LAND, A. G.; SILVA, W. R. A Relação entre Valores Pessoais e Organizacionais Comparados aos Princípios do Cooperativismo. **GeraiS: Revista Interinstitucional de Psicologia**, Minas Gerais, v. 1, n. 3, p. 67-80, 2010.

DRUMOND, V.R.S. **A aplicação dos princípios cooperativistas na gestão dos empreendimentos cooperativos**. Coletânea de artigos apresentados no I Encontro Brasileiro de Pesquisadores em Cooperativismo (EBPC). Brasília, 2010.

DUARTE, Laura M.G; WEHRMANN, Magda. Histórico do cooperativismo agrícola no Brasil e perspectivas para a agricultura familiar. In: SABOURIN, Eric. **Associativismo, cooperativismo e economia solidária no meio rural**. Brasília. Universidade de Brasília, Cadernos do CEAM, v.06, nº 23, 2006.

ESTRATÉGIA ODS. **O que são os ODS?** Disponível em: <<https://www.estrategiaods.org.br/oque-sao-os-ods>>. Acesso em: 08 de junho de 2021.

FERREIRA, G. M.V.; SILVA, D.F. **Educação cooperativista**. Universidade Federal de Santa Maria, Colégio Politécnico, Rede e-Tec Brasil, 65p., 2015.

FILHO, L. D. T. **Pelos caminhos do cooperativismo: com destino ao crédito mútuo**. São Paulo: Central das Cooperativas de Crédito do Estado de São Paulo, ed. 2, 304 p., 2002.

HOCAYEN-DA-SILVA, A. J.; SILVA, A. H. Protagonismo das cooperativas na promoção dos objetivos de desenvolvimento sustentável reflexões teóricas e agenda de pesquisa. **Revista Desenvolvimento em Questão**, Editora Unijuí, ano 19, n. 54, p. 83-103, jan. / mar. 2021.

HOLYOAKE, G.J. **Os 28 tecelões de Rochdale**. (História dos probos pioneiros de Rochdale). Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1933.

LEOPOLDINO, C. J. Elementos Conceituais e Históricos do Cooperativismo. **Ciências Sociais Aplicadas em Revista - UNIOESTE/MCR** - v. 11, n. 20, p. 141 a 156, 2011.

LEVI, Y. The Ambiguous Position of Cooperatives *vis-a-vis* the Issue of "Difference". **Journal of Rural Cooperation**, Israel, v. 28. n. 2, 2000.

MARIE, P. "Cooperativa". **Dicionário Alice**, 2019. Disponível em: <<https://alice.ces.uc.pt/dictionary/>>. Acesso em 05 de abril de 2020.

MARTINS, M. M; PASSADOR, C. S. O papel da organização cooperativa no desenvolvimento de uma região: um estudo de caso de uma cooperativa de pequenos produtores de São Paulo. In: **Anais do 47º Congresso SOBER – Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**. Porto Alegre, 2009.

MEINEN, Ênio; PORT, Márcio. **Cooperativismo financeiro: percurso histórico, perspectivas e desafios**. Brasília: Confedbrás. 2014.

MILANO, M. Z.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e associativismo no enfoque da cesta de bens e serviços territoriais: uma análise a partir da serra catarinense. *In*: BÚRIGO, Fábio Luiz; ROVER, Oscar José; FERREIRA, Rodrigo García (org.). **Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. Cap. 6. p. 105-118.

MINAYO, M. C. Ciência, técnica e arte: o desafio da Pesquisa Social. *In*: _____. (Org.) **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, ed. 21, p. 09-30, 2002.

MONTIBELLER-FILHO, Gilberto. Ecodesenvolvimento e Desenvolvimento Sustentável, conceitos e princípios. **Textos de Economia**, Florianópolis, v. 4, n. 1, UFSC, 1993.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Objetivos de desenvolvimento sustentável**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/pos2015/agenda2030/>>. Acesso em 08 de junho de 2021.

NICOLUZZI, A. L. **Crédito Rural: uma análise da evolução de suas normas baseadas nas aplicações na Cresol Águas Mornas**. Monografia (graduação). Curso de Agronomia, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

ODM BRASIL. **Os objetivos de desenvolvimento do milênio**. Disponível em: <<http://www.odmbrasil.gov.br/os-objetivos-de-desenvolvimento-do-milenio>>. Acesso em 27 de julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS [OCB]. **Manual de boas práticas de governança cooperativa**. Disponível em: <<https://www.ocb.org.br/publicacao/16/manual-de-governanca-cooperativa>>. Acesso em 12 de julho de 2021.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO; ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL. **Las cooperativas y los Objetivos de Desarrollo Sostenible: Debate sobre el desarrollo después de 2015**. Disponível em: <https://www.ilo.org/empent/Publications/WCMS_307228/lang--es/index.htm>. Acesso em: 10 de junho de 2021.

OLIVEIRA, A. P. et al. Agenda 2030 e cooperativismo: um estudo sobre a Cooperuc no semiárido baiano. In: Souza, A. M. M. et al (Org.). **Desenvolvimento do semiárido: organizações, gestão, inovação & empreendedorismo**. Vol. 2. MG: Poisson, cap. 1, p. 10 – 23, 2021.

PEREZ, S. T.; BÚRIGO, F. L.; IMEN, P. O programa agentes comunitários de desenvolvimento da Cresol Águas Mornas (SC). In. BÚRIGO, F. L.; ROVER, O.; FERREIRA, R. G. (orgs). **Cooperação e desenvolvimento rural: olhares sul americanos**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2021. Cap. 5. p.88-104.

PINHO, Diva Benevides. **O cooperativismo: da vertente pioneira à vertente solidária**. São Paulo: Saraiva, 357 p., 2004.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD BRASIL. **Cooperativas comprometidas com a agenda 2030**. 2020. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/presscenter/articles/2020/cooperativascomprometidas-com-a-agenda-2030-.html>> Acesso em: 09 de junho de 2021.

REALE, Miguel. **Filosofia do direito**. 19. ed., São Paulo: Saraiva, 2002.

RIBAS, A.; SPOSITO, E.; SAQUET, M. **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 175p., 2004.

RIBEIRO, Jaciara Xavier Pereira. **Princípios cooperativistas na percepção dos associados: estudo em uma cooperativa de crédito de Minas Gerais**. Tese (Doutorado em Administração). Programa de Pós-graduação em Administração, Faculdade Novos Horizontes, Belo Horizonte, MG, 2012.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3ª ed, São Paulo: Atlas, 334 p., 2012.

ROCHA, M. **A agricultura familiar e o uso do crédito rural: uma análise a partir dos associados da Cooperativa Cresol Vale Europeu**. Dissertação (mestrado). Programa de Pós Graduação em Agroecossistemas, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2020.

ROCHA, M. et al. A Cresol Vale Europeu e o crédito rural para a agricultura familiar na visão dos atores sociais. **Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v. 56, n. 3, p. 303-315, set./dez. 2020.

SALES, J. E. Cooperativismo: origens e evolução. **Revista Brasileira de Gestão e Engenharia**. Centro de Ensino Superior de São Gotardo, v. 1, n. 1, p. 23- 34, jan./jun. 2010.

SANTOS, W.; TREZ, G. As práticas de sustentabilidade nas cooperativas são um reflexo de sua singularidade?. **Revista Estratégia & Desenvolvimento**, v.04, n.2, jan. 2021.

SCHNEIDER, J. O.; HENDGES, M. Educação e capacitação cooperativa: sua importância e aplicação. **Revista Economia Solidária e Ação Cooperativa**. São Leopoldo, RS: Unisinos, v. 1, n. 1, p. 33-48, 2006.

SCHNEIDER, J.O. Cooperativismo e desenvolvimento sustentável. **Otra Economía**, 9(16):94- 104, 2015. Disponível em: <<http://revistas.unisinos.br/index.php/otraeconomia/article/viewFile/otra.2015.916.07/4674>>. Acesso em: 02 de abril de 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SILVA, A. H.; FOSSÁ, M. I. T. Análise de Conteúdo: exemplo de aplicação da técnica para análise de dados qualitativos. **Qualit@s Revista Eletrônica**, Campina Grande, v. 16, n. 2, p. 01-14, jan./jun. 2015.

SILVA, E. A. M.; BÚRIGO, F. L.; CAZELLA, A. A. Cooperativismo e interesse pela comunidade - o sétimo princípio cooperativista como promotor do desenvolvimento sustentado no cooperativismo de crédito – Cresol Vale Europeu. In: **Anais do 58º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural (SOBER)**, 26 a 28 de outubro de 2020, Foz do Iguaçu-PR: Cooperativismo, inovação e sustentabilidade para o desenvolvimento rural. Anais...Foz do Iguaçu (PR) UNIOESTE, 2020. Disponível em: <www.even3.com.br/anais/sober2020/251319>.

SOCREPPA, A.; SILVA, E. O princípio do interesse pela comunidade nas cooperativas. **Cadernos Zygmunt Bauman**, Maranhão, v. 7, n.13, p. 106-116, 2017.

VEIGA, José Eli da. **Desenvolvimento sustentável: o desafio do século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 220 p., 2010.

VIEIRA, P. H. et al., (Org.) **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis, Aped/Secco, 2010.

ZYLBERSZTAJN, Decio. Organização de cooperativas: desafios e tendências. **Revista de Administração**, São Paulo, v.29, n.3, p.23-32, jul./set. 1994.

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista semiestruturado aplicado com dirigentes e colaboradores da Cooperativa Cresol Vale Europeu

Identificação do entrevistado:

1. Sexo:
2. Município:
3. Qual cargo ocupa na Cooperativa e quanto tempo o exerce?

Aplicação sobre o tema da pesquisa:

1. Você conhece o sétimo princípio cooperativista? No caso de resposta afirmativa, qual o significado do sétimo princípio cooperativista – Interesse pela Comunidade?
2. Quais ações realizadas pela Cresol Vale Europeu que demonstram ser de interesse pela comunidade onde a Cooperativa atua? Explique.
3. Existe ações praticadas pela Cresol que identifique preocupação com a sustentabilidade do meio ambiente? Exemplificar em caso de resposta afirmativa.
4. O que você entende por Desenvolvimento Territorial Sustentável?
5. A Cooperativa possui algum plano de desenvolvimento para a região onde atua?
6. A Cooperativa estabelece parcerias com outras instituições para estimular o desenvolvimento local?
7. A Cresol Vale Europeu pode ser vista como um agente de desenvolvimento nos territórios em que estão presentes? A Cresol está desenvolvendo a região onde está inserida? Explique sua resposta.
8. O que você imagina para o futuro da Cooperativa? Ela pode ser um agente de desenvolvimento? Em caso de resposta afirmativa, explicar.

**APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturado aplicado com os sócios
(cooperados) da Cooperativa Cresol Vale Europeu**

Identificação do entrevistado:

1. Sexo:
2. Idade:
3. Município:
4. Quanto tempo é sócio da Cooperativa Cresol Vale Europeu?
5. Qual a motivação para se associar a Cresol?

Aplicação sobre o tema da pesquisa:

1. Você já ouviu falar sobre os princípios cooperativistas? Conhece o sétimo princípio – interesse pela comunidade?
2. Quais ações a Cresol realiza ou já realizou na sua região? Já participou de alguma? Em caso de resposta afirmativa, descrever a experiência.
3. Já foi consultado pela Cooperativa sobre quais ações ela deveria promover para melhorar o meio onde você vive? Em caso de resposta afirmativa, descrever a experiência.
4. A presença da Cresol no seu município trouxe mudanças para a sua localidade? Explique.
5. O que você imagina para o futuro da Cooperativa?

APÊNDICE C - Roteiro de entrevista semiestruturado aplicado com técnicos/agentes locais onde a Cooperativa Cresol Vale Europeu está inserida

Identificação do entrevistado:

1. Sexo:
2. Município:
3. Instituição:
4. Quanto tempo ocupa ou ocupou cargo nessa instituição?

Aplicação sobre o tema da pesquisa:

1. Como você compreende a atuação da Cresol Vale Europeu na sua região?
2. A Cresol é uma parceira atuante junto a outras instituições que operam na região?
3. A Cresol participa ou já participou de planos ou políticas de planejamento do desenvolvimento territorial? Em caso de resposta afirmativa, dizer quais.
4. Na sua visão, quais ações a Cresol deveria investir para melhorar como uma cooperativa?
5. Quais práticas a Cooperativa devia apoiar para efetivamente se tornar um agente de desenvolvimento sustentado local?